

Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Enel Distribuição São Paulo
CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração regulatório.....	3 a 17
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	18 a 21
Balanços regulatórios.....	22 a 23
Demonstrações dos resultados regulatórias.....	24
Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias.....	25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias.....	26
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias.....	27
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias.....	28 a 136
Declaração dos diretores.....	137
Termo de responsabilidade.....	138

Relatório da Administração Regulatório - 2022

Enel Distribuição São Paulo

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A

Relações com Investidores

<https://ri.eneldistribuicaosp.com.br> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO – 2022 ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

1 PERFIL

A Enel Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km², concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.711¹ unidades consumidoras por km², o que corresponde a aproximadamente 8,1%² do total de energia elétrica consumida no Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18,4 milhões de pessoas todos os dias, a Enel Distribuição São Paulo está permanentemente comprometida em prestar melhores serviços e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo aberto com todos os seus públicos. A Enel Distribuição São Paulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do estado e do país.

Para atender a demanda de aproximadamente 7,7 milhões de unidades consumidoras, a Enel Distribuição São Paulo, que conta com 4.044 colaboradores próprios, dispõe de uma infraestrutura formada por 163 subestações e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos de mais de 44 mil quilômetros, dos quais 1.846 km são linhas de subtransmissão e 42.448 km referem-se a redes de distribuição aérea e subterrânea.

2 CONTEXTO SETORIAL E AMBIENTE REGULATÓRIO

Distribuição Elétrica no Brasil

A Enel Distribuição São Paulo é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

¹ Dados internos de unidades faturadas, de dezembro de 2022;

² Dados acumulados até novembro de 2022, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória ("BRR") da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição São Paulo é 4 de julho.

Reajuste Tarifário Anual 2022

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 28 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2022.













A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45% e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/22 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,989 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/22 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 6,5 (patamar 1) e R\$ 9,795 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira Escassez Hídrica possuiu vigência de setembro de 2021 a abril de 2022 e a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram em 2021 e 2022, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	213,42	136,72	127,36	92,88	203,88	251,84	583,88	583,88	Resolução CREG nº 3/2021 - Bandeira Escassez Hídrica			

2022	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	Resolução CREG nº 3/2021 Bandeira Escassez Hídrica			55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE												

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 14 de dezembro de 2021, a Resolução Homologatória n.º 2.994 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2022. O PLD máximo foi fixado em R\$ 646,58/MWh e o valor mínimo em R\$ 55,70/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

Em 29 de dezembro de 2022, a Resolução Homologatória n.º 3.167 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2023. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.391,56/MWh e o valor mínimo em R\$ 69,04/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESTAQUES NO PERÍODO

	2022	2021	Var. %
Receita Bruta (R\$ mil)	27.422.912	27.908.756	-1,7%
Receita Líquida (R\$ mil)	16.570.213	18.567.381	-10,8%
EBITDA (1) (R\$ mil)*	3.128.745	2.269.840	37,8%
Margem EBITDA (%)*	18,9%	12,2%	6,7 p.p.
EBIT (2) (R\$ mil)*	2.368.935	1.606.912	47,4%
Margem EBIT (%)*	14,3%	8,7%	5,6 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	829.055	673.669	23,1%
Margem Líquida (%)	5,0%	3,6%	1,4 p.p.
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	41.209	40.883	0,8%
CAPEX (R\$ mil)*	1.958.266	1.573.175	24,5%
DEC - horas (12 meses)*	6,35	6,77	-6,1%
FEC - vezes (12 meses)*	3,40	3,63	-6,3%
Nº de Consumidores Totais	7.744.056	7.580.833	2,2%
Nº de Colaboradores (Próprios)	4.044	4.441	-8,9%
Nº Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	15.547	17.475	-11,0%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,58%	100,28%	-0,7 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	10,64%	10,30%	0,3 p.p.
PMSO (3) /Consumidor*	348,3	331,9	4,9%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (2) EBIT: Resultado do Serviço e (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	7.740.890	7.578.038	2,1%
Residencial	7.280.497	7.127.040	2,2%
Industrial	24.845	24.875	-0,1%
Comercial	415.418	406.102	2,3%
Rural	555	567	-2,1%
Setor Público	19.575	19.454	0,6%
Clientes Livres	3.166	2.795	13,3%
Industrial	702	644	9,0%
Comercial	2.404	2.091	15,0%
Setor Público e outros	60	60	0,0%
Total - Número de Consumidores (faturados)	7.744.056	7.580.833	2,2%

A Companhia encerrou 2022 com um aumento de 2,2%, no número de unidades consumidoras faturadas em relação a 2021.

Observa-se, no período, crescimento maior no mercado livre com destaque para a classe comercial e industrial, com aumento de 15,0% e 9,0%, respectivamente, reflexo do aquecimento do setor comercial e da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre no caso dos clientes industriais.

Venda de Energia na Área de Concessão³

No ano, o mercado total manteve-se praticamente estável, com um leve aumento de 0,8% em relação ao ano de 2021, totalizando 41.209 GWh.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2022	2021	Var. %
Mercado Cativo	28.511	28.751	-0,8%
Clientes Livres	12.698	12.132	4,7%
Total - Venda e Transporte de Energia	41.209	40.883	0,8%

Mercado Cativo

O consumo do mercado cativo se manteve praticamente estável em 2022, totalizando 28.511 GWh, representando uma leve queda de 0,8% frente ao mesmo período do ano anterior, reflexo de temperaturas mais baixas registradas no período e pelo retorno às atividades fora de casa.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2022	2021	Var. %
Residencial	16.515	16.569	-0,3%
Industrial	2.034	2.169	-6,2%
Comercial	8.077	7.836	3,1%
Rural	32	30	5,5%
Setor Público	1.852	2.146	-13,7%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	28.511	28.751	-0,8%

Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres atingiu a marca de 12.698 GWh em 2021, um aumento de 4,7% quando comparado a 2021, com destaque para o crescimento do consumo da classe comercial, que atingiu 11,8% no período, resultado do aquecimento do setor varejista e de serviços ao longo do ano.

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2022	2021	Var. %
Industrial	5.619	5.653	-0,6%
Comercial	5.456	4.881	11,8%
Setor Público e outros	1.623	1.598	1,6%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	12.698	12.132	4,7%

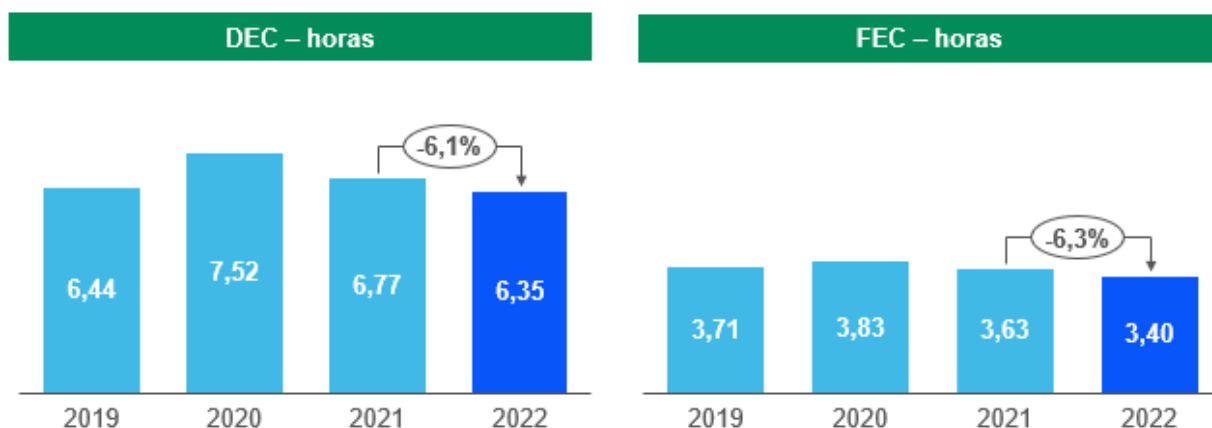
³ Não Inclui Consumo Próprio

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2022	2021	Var. %
Itaipu	7.533	7.766	-3,0%
Angra 1 e 2	1.407	1.479	-4,9%
Proinfa	685	736	-6,9%
Leilão e Quotas	27.070	26.269	3,1%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	36.696	36.250	-74,5%
Liquidação na CCEE	-1.791,0	-1.642,2	-74,5%
Total - Compra de Energia	34.905	34.608	0,9%

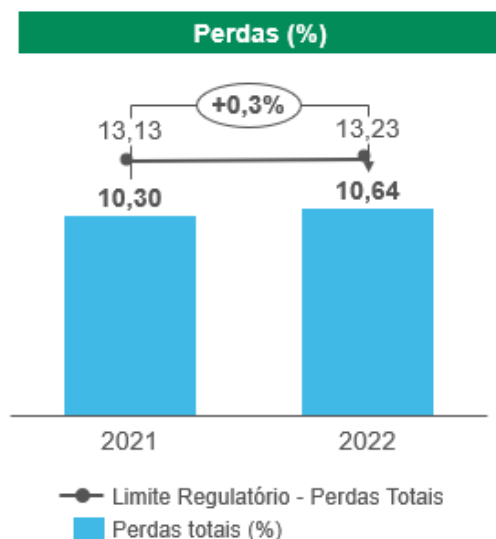
Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

Em 2022, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma queda de 6,1% e 6,3% respectivamente em relação a 2021. Embora esses indicadores tenham sido impactados pela pandemia do Covid-19, com redução do contingente operacional e impacto na cadeia de suprimento logístico, principalmente em razão de atraso nas entregas de materiais e equipamentos, os investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadores telecomandados e automatizados para o restabelecimento de energia, intensificação das ações de manutenção da rede e podas de árvore, além do desenvolvimento de equipes multitarefas vem refletindo a recuperação contínua dos indicadores de qualidade, que atingiram níveis inferiores quando comparado com o período pré-pandemia.

Disciplina de Mercado (Perdas)



As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,64%⁴, sendo divididas entre perdas técnicas (5,04%) e não técnicas (5,60%). Em comparação a 2021, as perdas totais apresentaram um aumento de 0,34 p.p.

Um dos principais motivos para variação é decorrente a um cenário pós pandemia do Covid-19, onde houve uma mudança do mix de carga da área de concessão da Companhia com migração do consumo nas categorias de consumidores com perdas não técnicas mínimas ou nulas (clientes livres, alta e média tensão) para consumidores de baixa tensão, especificamente clientes residenciais, onde a perda não técnica apresenta níveis mais elevados.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros

forjando a medição. No 4T22 houve um decréscimo de 19% no número total de inspeções em comparação ao 4T21, devido a maior base de comparação no ano passado, onde houve a implementação total das equipes e das ações de inspeção. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas: tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular e (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. No 4T22 o número de instalações regularizadas diminuiu em 59% em relação ao realizado no 4T21, devido principalmente ao aumento de ligações em áreas invadidas com proteção ambiental e a dificuldade na liberação das áreas com poder público.

Arrecadação



O índice de arrecadação da companhia atingiu 99,58% no 4T22 contra 100,28% no mesmo período do ano anterior, representando uma queda de 0,7 p.p, devido a maior base de comparação em 2021, onde tivemos um maior nível de arrecadação com o restabelecimento do corte de energia a partir de julho de 2021, além do impacto decorrente da redução da alíquota de ICMS incidente nas contas de energia elétrica desde julho de 2022. Vale destacar que a Companhia mantém ações recorrentes voltadas para o aumento de arrecadação com cobranças administrativas e redução dos níveis de inadimplência, tais como ações de comunicação junto aos clientes, bem como a disponibilização

de canais digitais de pagamento, parcelamento de faturas e canal de negociação online para equacionar valores em aberto.

⁴ No 4T21 foi adotado uma nova metodologia para o cálculo de perdas, o qual reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Receita Operacional Bruta	27.422.912	27.908.756	-1,7%
Deduções à Receita Operacional	(10.852.699)	(9.341.375)	16,2%
Receita Operacional Líquida	16.570.213	18.567.381	-10,8%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (1)	(14.201.278)	(16.960.469)	-16,3%
EBITDA	3.128.745	2.269.840	37,8%
Margem EBITDA	18,9%	12,2%	6,7 p.p.
EBIT	2.368.935	1.606.912	47,4%
Margem EBIT	14,3%	8,7%	5,6 p.p.
Resultado Financeiro	(1.213.090)	(713.975)	69,9%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(326.790)	(219.268)	49,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido	829.055	673.669	23,1%
Margem Líquida	5,0%	3,6%	1,4 p.p.
Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)	4,20	3,41	33,3%

(1) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

Em 2022, a receita operacional bruta da Companhia apresentou uma variação negativa de 1,7%, ou R\$ 486 milhões, em relação ao ano de 2021, totalizando R\$ 27,4 bilhões.

As principais variações são explicadas a seguir:

- I. Queda de R\$ 428 milhões em fornecimento, principalmente nos segmentos industrial, iluminação e serviço público, reflexo das condições climáticas adversas no período.
- II. Queda de (i) R\$ 1,1 bilhão, na rubrica de Constituição e Amortização; (ii) Queda de R\$ 594 milhões na rubrica Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente devido a sobrecontratação e reajuste de preços dos contratos de compartilhamento de infraestrutura;

Parcialmente compensados por:

- III. Aumento de R\$ 1 bilhão na rubrica de Fornecimento/Uso da Rede Elétrica de distribuição – Não Faturado.

Deduções da Receita

No acumulado do ano, as deduções totalizaram R\$ 10,9 bilhões, um aumento de R\$ 1,5 bilhão, ou 16,2%, em relação ao mesmo período de 2021, sendo explicada principalmente por: (i) aumento de R\$ 1,3 bilhão na rubrica de encargo CDE; (ii) queda de 1,2 bilhão na linha de encargos de bandeiras tarifárias; e (iii) compensado parcialmente pelo efeito positivo relacionado a CCRBT, na ordem de R\$ 990 milhões, como resultado da implementação e manutenção da bandeira de escassez hídrica até 2022.

Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais em 2022 apresentaram uma redução de 16,3% (R\$ 2,8 bilhões) em relação a 2021.

Os custos não-gerenciáveis totalizaram R\$ 10,6 bilhões, resultado 21,8% inferior ao registrado no ano anterior. Tal variação é justificada principalmente pela redução da rubrica de Energia Elétrica Comprada para Revenda (R\$ 2,6 bilhões) em razão da redução dos custos com a energia comprada de Itaipu, resultado da desvalorização do Dólar frente ao Real em 2022 versus 2021.

Os custos gerenciáveis somaram R\$ 3,6 bilhões, montante 5,5% superior ao valor registrado no mesmo período do ano passado. A variação, total, explica-se pela:

- Aumento da rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (R\$ 110,8 milhões) explicado por ações realizadas ao longo do ano;
- Aumento da rubrica de Despesa de Material e Serviço (R\$ 107,3 milhões) em função dos gastos com manutenção preventiva e corretiva, terceirização dos leituristas além de despesas relacionadas ao combate às perdas e à inadimplência.

EBITDA

No acumulado do ano, a Companhia atingiu o montante de R\$ 3,1 bilhões, o que representa um aumento de R\$ 858,9 milhões em relação ao mesmo período em 2021.

O aumento do EBITDA é explicado principalmente pela redução dos custos e despesas operacionais de natureza não gerenciável, em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, superando o efeito negativo relacionado a redução da receita líquida no período.

Resultado Financeiro

Em 2022, o resultado financeiro encerrou com uma despesa de R\$ 1,2 bilhão, um aumento de R\$ 499,1 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é devido ao seguinte:

- (i) Aumento de despesa líquida nas rubricas de dívida devido ao aumento de encargos em decorrência do aumento do CDI em cerca de 8p.p (12,4% em 2022 x 4,4% em 2021), somado a um aumento no volume de empréstimos contratados entre os períodos analisados para financiar investimentos e capital de giro;
- (ii) Aumento de despesa de R\$ 125,2 milhões na rubrica de custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego;
- (iii) Redução de R\$ 63,1 milhões na rubrica de atualizações monetárias sobre contas de energia elétrica em atraso devido à redução do IGP-M, índice utilizado para atualização financeira do valor das faturas em atraso.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de receita no valor de R\$ 275,5 milhões na rubrica de atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial em virtude, principalmente, de uma correção monetária realizada em junho/2022 de itens relacionados ao reajuste tarifário.

Resultado Líquido

No acumulado do ano, a Companhia registrou lucro de R\$ 829,1 milhões, o que representa um aumento de R\$ 155,4 milhões em relação a 2021, em decorrência do aumento do EBITDA em razão principalmente do menor nível de custos e despesas não gerenciáveis, em virtude da melhora do cenário hidrológico do país, compensado parcialmente por uma maior despesa financeira no período.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2022	2021	Var. %
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	7.789.837	6.837.725	13,92%
(-) Disponibilidades	(1.344.379)	(1.115.269)	20,54%
Dívida Líquida	6.445.458	5.722.455	13%

A Dívida Bruta⁵ da Companhia encerrou o ano de 2022 em R\$ 7.790 milhões, um aumento de R\$ 952 milhões em relação ao ano de 2021. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 2.130 milhões, sendo R\$ 673 milhões referentes à empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro, R\$ 800 milhões referente a emissão da 27ª emissão de debêntures, e R\$ 657 milhões referentes à mútuos com a sua controladora Enel Brasil, realizados para reforço de capital de giro da Companhia, e às (ii) provisões de encargos de R\$ 965 milhões e variação monetária no período no montante de R\$ 157 mil. Estes efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 2.214 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 85 milhões e registrou custos de transação, líquido das apropriações do período das operações vigentes, no montante de R\$ 16 milhões.

Em relação às liquidações realizadas, destacam-se a liquidação parcial da 2ª série da 23ª emissão de debêntures no montante de R\$ 698 milhões realizada em setembro/2022; e a liquidação dos mútuos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 657 milhões realizada em maio e junho de 2022. Adicionalmente, a companhia liquidou juros relativos às emissões de debentures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª) no montante de R\$ 495 milhões.

A Companhia encerrou o ano de 2022 com o custo médio da dívida em 13,48% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio dos Despachos Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000 milhões, e Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500 milhões, totalizando um montante de R\$ 2.500 milhões.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2022, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2022. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures (23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 27ª), na 7ª emissão de notas promissórias, no BNP Paribas, Scotiabank e MUFG.

Classificação de Riscos (Rating)⁶

Em 06 de setembro de 2022, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2022	2021	Var. %
Manutenção	806.273	777.864	3,7%
Crescimento	692.895	481.721	43,8%
Novas Conexões	430.855	270.384	59,3%
Financiado pela Companhia	1.930.023	1.529.970	26,1%
Financiado pelo Cliente	28.242	43.206	-34,6%
Total	1.958.266	1.573.175	24,5%

⁵ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

⁶ Quadro considera ratings válidos em 30 de setembro de 2022

Em 2022, a Companhia investiu R\$ 2,0 bilhões, montante 24,5% superior ao investido no ano anterior. A maior variação foi observada no investimento em novas conexões, em um montante 59,3% superior ao registrado no 2021.

Do total investido, R\$ 1,9 bilhão foram realizados com recursos próprios e R\$ 28,2 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Distribuição São Paulo atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável.

Considerando o Plano de Sustentabilidade da Enel Distribuição São Paulo em 2022 que contou com 57 ações, registramos o avanço geral de 103% no fechamento do ano, sendo avanço de 91% em metas ambientais, 106% em metas sociais e 108% em ações para garantir ou aumentar a governança. Esses bons resultados demonstram um trabalho integrado entre diversas áreas da empresa no alcance de uma gestão sustentável e inclusiva.

Projetos socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado.

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades também são focos de sua atuação.

Os 53 projetos desenvolvidos na Enel Distribuição São Paulo, em 2022, beneficiaram mais de 640 mil pessoas, com um investimento de cerca de R\$ 58 milhões. Também foi gerado o valor de R\$ 2,79 milhões em renda extra para as comunidades, por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Foram trocadas gratuitamente cerca de 9,5 mil geladeiras e 213 mil lâmpadas de clientes por meio das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os projetos realizados, destacam-se:

Hortas em Rede: Realizado por meio de parcerias com organizações não governamentais e empresas do setor privado, que visa a utilização dos terrenos de linhas de transmissão da Enel para a implantação e desenvolvimento de hortas urbanas. As hortas proporcionam às comunidades qualificação profissional, oportunidades de emprego e geração de renda, por meio da comercialização dos produtos cultivados pelos participantes do projeto. O projeto também visa combater a desnutrição e melhorar a qualidade de vida das comunidades, uma vez que possibilita o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos pela população. Em 2022 foi gerada uma renda de R\$ 507 mil aos agricultores participantes dessa iniciativa que integra o projeto Enel Compartilha Empreendedorismo.

Projetos de Eficiência Energética: Foram realizadas 14 obras de Eficiência Energética por meio de Chamada Pública de Projetos, viabilizada com recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Foram instaladas mais de 1.900 placas fotovoltaicas e substituídos 53 aparelhos de ar-condicionado. Árvores solares fotovoltaicas foram instaladas em universidades, hospitais, prédios públicos e na ciclovia do Rio Pinheiros. Para os clientes residenciais, foram realizadas trocas de 9.595 geladeiras e substituídas 212 mil lâmpadas, por meio dos demais projetos de eficiência energética. Ao todo, foram trocadas 253 mil lâmpadas pelo Programa de Eficiência Energética. Já com o programa de reciclagem Ecoenel houve 12.341 pessoas beneficiadas, com conversão de R\$ 775 mil em bônus na conta de energia dos clientes da distribuidora.

Smart Meter/Medidores Inteligentes: Como parte das ações socioeducativas do projeto Smart Meter, a Enel Distribuição São Paulo, de 2021 até o final de 2022, destinou R\$ 4,69 milhões de investimento em projetos sociais e iniciativas de eficiência energética. Foram realizados 14,5 mil diagnósticos energéticos nas residências, trocadas 40,1 mil lâmpadas antigas por LED, além da substituição de 1.376 geladeiras antigas por modelos novos e mais eficientes. Os equipamentos retirados foram destinados para ações de circularidade. A distribuidora também realizou ações sociais voltadas ao consumo consciente de energia e à segurança da população. Com o Enel Compartilha Energia na Escola foram promovidos jogos de conhecimento, beneficiando 1.889 alunos e 103 professores. As ações de Sustentabilidade ocorreram na zona norte de São Paulo, nos bairros de Perus, Pirituba, Freguesia do Ó e Brasilândia.

Mundo Energia: Ação educacional da Enel São Paulo que promoveu gratuitamente, em dois parques da cidade, atividades lúdicas e divertidas com a população, com o objetivo de trabalhar os conceitos de eficiência energética, consumo consciente de energia elétrica e recursos naturais, economia circular e sustentabilidade. O evento teve como público-alvo famílias em situação de vulnerabilidade social - crianças, adolescentes e adultos, nas zonas norte e sul de São Paulo. Nas duas edições tivemos público de aproximadamente 3.000 pessoas participando das atividades educacionais e avaliação positiva da ação por parte de todos os participantes entrevistados.

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDHH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

A Enel Distribuição São Paulo conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia, a 37001 em gestão antissuborno e a 55001 em gestão de ativos.

7 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Principais premiações recebidas em 2022

Prêmio ANEFAC - Troféu Transparência 2022

Em 2022, a Enel São Paulo recebeu mais um prêmio em relação à sua práxis de divulgação. O Troféu Transparência reconhece e homenageia empresas que possuem em sua divulgação de informações contábeis, as melhores práticas de transparência, governança, relações com stakeholders e preocupação com sustentabilidade.

Certificação Top Employer

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, consequentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2022 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva

Diretoria Executiva	Cargo
Max Xavier Lins	Diretor-Presidente
Raffaele Enrico Grandi	Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com o Mercado
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
José Nunes de Almeida Neto	Diretor de Relações Institucionais
Janaina Savino Vilella Carro	Diretor de Comunicação
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Diretor Jurídico
Luiz Flavio Xavier de Sá	Diretor de Mercado
Flavia da Silva Barauna	Diretor de Serviços
Fernando Andrade	Diretor de Engenharia e Construção
Marcia Massotti de Carvalho	Diretor de Sustentabilidade
Vicenzo Ruotolo	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Conselho de Administração

Conselheiros	Cargo
Guilherme Gomes Lencastre	Presidente do Conselho de Administração
Britaldo Pedrosa Soares	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Mario Fernando de Melo Santos	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Sandra Roque Vieira Silva	Conselheiro de Administração Titular
Marcia Massotti de Carvalho	Conselheiro de Administração Titular
Gino Celentano	Conselheiro de Administração Titular
Nicola Cotugno	Conselheiro de Administração Titular
Ana Claudia Gonçalves Rebello	Conselheiro de Administração Titular
Alexandre Meduneckas	Conselheiro de Administração Titular

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 6 e 22 das demonstrações contábeis regulatórias.

Principais assuntos de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, multiplicada pela quantidade de dias não faturados, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none">(1) Avaliamos o ambiente e desenho dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;(2) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita não faturada e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora) e (ii) correspondentes tarifas por classe aprovadas pelo órgão regulador;(3) Testamos os lançamentos contábeis manuais executados para registrar a receita para energia distribuída e não faturada; e(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita não faturada. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 24 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	REGULATÓRIO	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.338.169	1.112.302
Títulos e valores mobiliários	5	6.210	2.968
Consumidores, revendedores e outros	6	3.050.606	3.151.591
Contas a receber - acordos	6	279.400	363.224
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	68	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	57.434
Tributos e contribuições sociais compensáveis	7	1.205.941	989.823
Almoxarifado		82.759	24.319
Ativo financeiro setorial	10	1.630.785	2.135.322
Despesas pagas antecipadamente		56.667	68.176
Serviços em curso		466.175	363.098
Outros ativos circulantes		350.686	577.756
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		8.467.466	8.846.013
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, revendedores e outros	6	24.079	24.079
Contas a receber - acordos	6	26.777	16.918
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	112.360	125.116
Tributos e contribuições sociais compensáveis	7	4.113.287	5.208.206
Depósitos vinculados		857.326	851.972
Tributos diferidos	8.1	5.167.946	5.048.566
Ativo financeiro setorial	10	885.189	1.313.557
Investimento		42.857	36.542
Outros créditos		64.948	62.351
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	9.4	57	60
Imobilizado arrendado	9.1	11.986.142	11.339.388
Intangível	9.2	884.684	478.586
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		24.165.652	24.505.341
TOTAL DO ATIVO		32.633.118	33.351.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		REGULATÓRIO	
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<u>PASSIVO</u>			
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	12	2.775.495	3.078.947
Empréstimos e financiamentos	14.1	385.405	44.048
Debêntures	14.1	781.662	761.480
Obrigações por arrendamentos	14.1	55.424	8.208
Subvenções governamentais		845	1.756
Outros tributos a pagar	13	478.813	608.834
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		207.601	576.116
Salários, provisões e encargos sociais		125.647	118.882
Encargos setoriais	17	548.904	496.308
Obrigações com benefícios pós-emprego	15	8.235	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras	18	354.801	375.145
Provisão para processos judiciais e outros riscos	16.1	186.069	186.090
Passivo financeiro setorial	10	1.786.019	1.179.784
Reserva de reversão		7.342	7.342
Instrumentos financeiros derivativos		113.617	40.459
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	19	967.515	814.140
IRCS a pagar	13	220.928	-
Outras obrigações		538.276	673.066
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		9.542.598	8.982.439
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	14.1	2.667.769	2.496.323
Debêntures	14.1	3.718.906	3.576.305
Obrigações por arrendamentos	14.1	182.822	13.820
Subvenções governamentais		59	904
Obrigações com benefícios pós-emprego	15	6.395.475	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras		58.058	363.777
Provisão para processos judiciais e outros riscos	16.1	989.717	894.545
Instrumentos financeiros derivativos		234.906	44.224
Encargos setoriais	17	103.519	102.319
Passivo financeiro setorial	10	1.285.882	485.355
Reserva de reversão		22.028	29.371
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		4.629.959	6.326.144
Outras obrigações		94.497	110.691
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	11	1.946.217	1.939.635
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		22.329.814	23.038.085
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	20.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	20.3	2.268.430	2.268.430
Ajustes de avaliação patrimonial	20.4	804.279	926.985
Outros resultados abrangentes	20.4	(4.842.640)	(4.714.864)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	870.778
Reservas de lucros		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		1.078.804	-
Prejuízos acumulados		(1.824.458)	(1.296.790)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		760.706	1.330.830
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		32.633.118	33.351.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	REGULATÓRIO	
		31.12.2022	31.12.2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Receita	22		
Fornecimento de energia elétrica		11.895.639	12.708.787
Energia elétrica de curto prazo		133.129	697.604
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		13.714.886	11.771.125
Ativos e passivos financeiros setoriais		771.356	1.913.853
Serviços cobráveis		50.412	35.950
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		657.805	518.445
Outras receitas		199.685	262.992
Tributos	22		
ICMS		(4.471.233)	(4.556.367)
PIS-PASEP		(450.592)	(380.142)
COFINS		(1.760.728)	(1.751.632)
ISS		(340)	(201)
Encargos - Parcela "A"	22		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(81.857)	(91.552)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(81.857)	(91.552)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.718.570)	(2.457.099)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(29.949)	(24.127)
Outros encargos		(257.573)	11.297
RECEITA LÍQUIDA		16.570.213	18.567.381
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	23		
Energia elétrica comprada para revenda		(7.328.221)	(10.047.041)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(409.368)	(261.181)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(2.851.700)	(3.229.202)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		5.980.924	5.029.957
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores	25	(623.458)	(670.265)
Entidade de previdência privada	25	(6.846)	(6.636)
Material		(65.798)	(58.927)
Serviços de terceiros		(1.024.761)	(924.016)
Arrendamento e aluguéis		22.093	(37.661)
Seguros		(13.274)	(5.085)
Doações, contribuições e subvenções		(8.016)	(8.985)
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	6	(704.937)	(594.135)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(79.110)	(57.490)
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos		(109.322)	(143.566)
(-) Recuperação de despesas		15.262	2.563
Tributos		(55.025)	(44.647)
Depreciação e amortização		(759.810)	(662.928)
Outros custos operacionais	26	(198.987)	(211.267)
RESULTADO DA ATIVIDADE		2.368.935	1.606.912
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	27	904.990	737.117
Despesas financeiras	27	(2.116.281)	(1.453.670)
Variações cambiais, líquidas	27	(1.799)	2.578
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS		1.155.845	892.937
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS correntes	8.2/28	(360.483)	(116.359)
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS diferidos	8.2/28	33.693	(102.909)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		829.055	673.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	829.055	673.669
Outros resultados abrangentes		
- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	(106.363)	(285.793)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	10.346	18.115
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	32.646	91.011
- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(97.583)	(24.365)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	33.178	8.283
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	(127.776)	(192.749)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	701.279	480.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital				Reservas de lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	2.267.883	547	1.071.871	(4.522.115)	196.766	171.137	759.823	(906.108)	2.119.329
<u>Resultado abrangente total:</u>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	673.669	673.669
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(267.678)	-	-	-	-	(267.678)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	91.011	-	-	-	-	91.011
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(24.365)	-	-	-	-	(24.365)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	8.283	-	-	-	-	8.283
<u>Transações com os acionistas:</u>										
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(171.137)	(759.823)	-	(930.960)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(241.000)	(241.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(97.459)	(97.459)
Proposta de dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	870.778	(870.778)	-
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>										
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(219.524)	-	-	-	-	219.524	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	74.638	-	-	-	-	(74.638)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.079.525	2.267.883	547	926.985	(4.714.864)	196.766	-	870.778	(1.296.790)	1.330.830
<u>Resultado abrangente total:</u>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	829.055	829.055
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(96.017)	-	-	-	-	(96.017)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	32.646	-	-	-	-	32.646
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(97.583)	-	-	-	-	(97.583)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	33.178	-	-	-	-	33.178
<u>Transações com os acionistas:</u>										
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(870.778)	-	(870.778)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(190.000)	(190.000)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(207.601)	(207.601)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>										
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(185.918)	-	-	-	-	185.918	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	63.212	-	-	-	-	(63.212)	-
Adoção inicial IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.024)	(3.024)
Constituição de reserva especial para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	1.078.804	-	(1.078.804)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.079.525	2.267.883	547	804.279	(4.842.640)	196.766	1.078.804	-	(1.824.458)	760.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	829.055	673.669
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	247.986	(25.048)
Variações monetárias	57.522	(30.524)
Variações cambiais - instrumento derivativo	118.938	(126.860)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	926.265	795.927
Provisões para processos judiciais e outros riscos	81.508	151.416
Atualização acordo Eletrobras	68.587	43.394
Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	571.191	460.643
Juros sobre operação com instrumento derivativo	397.936	65.754
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	92.813	186.148
Benefícios pós-emprego	599.878	475.821
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(143)	(684)
Baixa de ativo imobilizado/intangível	405.243	841.527
Tributos e contribuições sociais diferidos	(35.246)	102.909
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores, revendedores e outros	(81.810)	(979.670)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	135.884	25.450
Outros tributos compensáveis	878.801	896.506
Almoxarifado	(58.440)	5.162
Serviços em curso	(103.077)	(121.467)
Contas a receber - acordos	(663.069)	(539.765)
Despesas pagas antecipadamente	11.509	(24.134)
Outros créditos	243.814	(278.996)
Ativo e passivo financeiro setorial	932.905	(1.861.491)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	735.470	1.901.062
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(1.542.810)	(170.240)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	192.428	-
Outros tributos a pagar	(35.538)	92.720
Obrigações sociais e trabalhistas	6.765	1.636
Encargos setoriais	72.149	134.295
Passivo financeiro setorial	1.406.762	100.642
Outras obrigações	(158.324)	282.815
	6.334.952	3.078.617
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(503.970)	(191.401)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	1.524	(4.061)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(326.006)	(24.995)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(166.917)	(26.459)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(958.691)	(744.100)
Pagamento de processos judiciais e outros	(119.755)	(185.344)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(394.650)	(361.112)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(3)	(401)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.866.484	1.540.744
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(2.439.743)	(2.844.811)
Consumidores participação financeira	(163.167)	50.008
Aplicações em investimento de curto prazo	(3.208)	(34.885)
Resgates de investimento de curto prazo	73	71.319
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(75.796)	(78.616)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(26.835)	(26.835)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(2.708.675)	(2.863.820)
Atividades de financiamentos:		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	2.130.595	4.069.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.389.963)	(3.015.932)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(134.023)	(39.295)
Amortizações de operação com instrumento derivativo	-	96.173
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	69.844	(16.242)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.608.394)	(754.137)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(931.941)	339.567
Variação do caixa e equivalentes de caixa	225.867	(983.509)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.112.302	2.095.811
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.338.169	1.112.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Enel Distribuição São Paulo", ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria "B", controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

1.1 Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia (COVID-19), a ANEEL adotou algumas medidas temporárias adicionais a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio de nova resolução normativa publicada em março de 2021 (REN 928/2021, que foi prorrogada pela REN 936/2021). Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores baixa renda; que utilizem equipamentos necessários à vida; instalações associadas aos sistemas de saúde; e infraestrutura relacionada a vacinação, armazenamento de vacinas, atendimento médico-hospitalar, (ii) suspensão do prazo nonagesimal para corte por inadimplência para todos usuários e do descadastramento dos consumidores baixa renda, exceto para aqueles que não atendem os critérios; (iii) suspensão do pagamento de compensações DIC/FIC/DMIC e conformidade de tensão desde que estes pagamentos tivessem sido honrados até dezembro de 2021 com atualização; e (iv) ações específicas para o caso de adoção de medidas restritivas de combate à Covid-19 por autoridades competentes locais. Tais medidas vigoraram até 30 de setembro de 2021.

Por meio da Resolução nº 2/2021, o Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional aos clientes dos grupos A e B, com algumas exceções. O programa concede um bônus em fatura, no valor de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para cada kWh em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10%, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021 em comparação às faturas de setembro a dezembro de 2020.

A bonificação foi concedida nas faturas a partir de janeiro de 2022 e os créditos concedidos em fatura, estão sendo recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, sem prejuízo financeiro para a companhia. Para atendimento à resolução e ao ofício circular nº 4/2021 da ANEEL, a Companhia apurou o montante de R\$ 245.640. O desconto está sendo concedido desde 02 de janeiro de 2022, de acordo com os lotes de faturamento. O ressarcimento à Companhia ocorreu de forma parcial, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio de crédito nas liquidações financeiras da CCEE, restando R\$ 2.339 como saldo a ser ressarcido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuariam a terem os valores de bandeira dentro os patamares já conhecidos. A bandeira escassez hídrica teve vigência de 1 de setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, pela qual a tarifa foi acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

1.2 Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 em 16 de dezembro de 2020 para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 23 de novembro de 2021, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL, o resultado da consulta pública 035/2020. Por meio da resolução nº 952/2021, foi estabelecido os critérios para ressarcimento aos consumidores, dos custos acessórios incorridos nas operações de crédito relativas à Conta-Covid. As distribuidoras deverão arcar com os custos acessórios do CDI e do spread financeiro para a parte do empréstimo lastreado na CVA em amortização e na Parcela B. O montante apurado pela Companhia, referente a tais custos acessórios foi de R\$ 552, o qual foi registrado como passivo financeiro setorial e será repassado aos consumidores no próximo ciclo tarifário, a partir do ciclo 2022 - vide nota explicativa nº 9.

Na mesma Resolução, a ANEEL aprovou as regras para avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico em decorrência dos impactos decorrentes da pandemia. Conforme tal norma, são itens passíveis de reequilíbrio a queda de faturamento devido à redução de mercado e a perda de arrecadação resultante do aumento de inadimplência. Ademais foram definidas a metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a pandemia e os critérios para ressarcimento aos consumidores dos custos associados à operação da Conta-Covid em 2020. Os pedidos de reequilíbrio devem ser realizados em até 60 dias da publicação dos resultados da projeção de receitas irreversíveis, ocorrida conforme o Despacho nº 663/2022. A Companhia efetuou análise e não houve necessidade de solicitar tal pleito.

Em 13 de dezembro de 2021, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 1.078, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo. O Decreto nº 10.939/2021, foi publicado no dia 13 de janeiro de 2022 com a regulamentação da referida medida provisória. O financiamento será gerido pela CCEE por meio da "Conta Escassez Hídrica", sendo que a ANEEL homologará os valores a serem pagos pela referida conta, a cada distribuidora. O referido empréstimo será pago pelos consumidores (clientes cativos e clientes que tenham comunicado a sua migração ao ambiente livre a partir de 13 de dezembro de 2021) por meio da conta de energia.

Já a Resolução Normativa ANEEL nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabelece os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nesta resolução também foram estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária, estes foram atualizados pelas Resoluções Normativas nº 1.010, de 29 de março de 2022 e nº 1.019, de 19 de abril de 2022. Os recursos da conta escassez hídrica foram recebidos em parcela única em 09 de maio de 2022 no montante de R\$ 521.434, e foram contabilizados contra os saldos de passivos setoriais - vide nota explicativa nº 9. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2023.

Em 19 de abril de 2023 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis regulatórias.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 933, de 28 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 35 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para melhor entendimento do leitor.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para exercícios anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado / IAS 16	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes / IAS 37	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) / IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estão refletidos na DCR do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O principal impacto foi em relação a adoção para a contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC 06 (R2)/IFRS 16.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

3.1. Revisão e reajuste tarifário

A ANEEL, em reunião pública, que ocorreu em 28 de junho de 2022, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2022 aplicado a partir de 04 de julho de 2022 (Resolução Homologatória nº 3053/2022), aprovando o Reajuste Tarifário Anual positivo de +10,28% composto por reajuste econômico de +13,45 e componente financeiro de -3,17%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +12,04%, sendo de 18,03%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão (AT), e de 10,15%, em média, para os consumidores na Baixa Tensão (BT).

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 592.400, dentre os quais destaca-se principalmente: (i) Ressarcimento de Créditos de Pis/Cofins de R\$ 1.625.000; (ii) excedente do fundo de Itaipu de R\$ 235.200; (iii) Conta Escassez Hídrica de R\$ 526.100; (iv) sobrecontratação de R\$ 4.100, compensado por componentes positivos de (v) R\$ 1.631.000 referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), (vi) R\$ 654.500 de previsão de Risco Hidrológico.

3.2. Bandeira tarifária

Devido a recuperação dos níveis de reservatórios hidráulicos, a ANEEL não publicou o acionamento da bandeira para os consumidores de baixa renda. Foi mantida a bandeira escassez hídrica de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) para os demais consumidores, até o dia 15 de abril de 2022. Desde 16 de abril de 2022 a bandeira tarifária vigente é a verde.

4 Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Numerário disponível		72.921	11.459
Numerário em trânsito	4.1	137.053	133.696
CDB-DI		1.128.195	967.147
Total		1.338.169	1.112.302

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal. Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remuneradas em média a 96% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 28.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2022	31.12.2021
CDB-DI	6.210	2.968
Total	6.210	2.968
Total geral	1.344.379	1.115.270

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses, vide nota explicativa nº 23.

Os saldos relacionados a consumidores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – vide quadro no tópico 6.3 abaixo.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas para todas as classes de consumo, tomando por base a regra para dedutibilidade fiscal, definida pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.1 Consumidores, revendedores e outros

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros (correntes e renegociados), conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

	VALORES CORRENTES								VALORES RENEGOCIADOS							
	Corrente a vencer	Corrente vencida					PECLD	Total de consumidores, revendedores e outros	Renegociada a vencer		Renegociada vencida		PECLD	Total de valores renegociados	Total 2022	Total 2021
	até 30 dias	até 60 dias	De 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			até 60 dias	mais de 60 dias	até 60 dias	mais de 60 dias				
CIRCULANTE																
Consumidores - distribuição de energia:																
Residencial	585.494	486.161	82.274	148.970	3.270	1.714	(161.508)	1.146.375	182.735	-	58.186	599.478	(634.273)	206.126	1.352.501	1.465.856
Industrial	51.938	25.684	2.508	6.215	5.759	6.398	(3.483)	95.019	18.677	-	2.982	31.307	(29.433)	23.533	118.552	121.568
Comercial	224.077	83.706	8.200	14.919	7.689	1.008	(6.024)	333.575	43.506	-	7.102	60.777	(66.490)	44.895	378.470	411.038
Rural	248	203	19	52	46	-	(3)	565	179	-	32	115	(106)	220	785	834
Poderes públicos	51.003	4.146	1.163	458	597	67	(75)	57.359	3.044	-	277	486	(324)	3.483	60.842	64.552
Iluminação pública	27.450	3.209	151	287	6.135	-	(2.006)	35.227	732	-	59	18	(21)	788	36.015	30.868
Serviço público	34.293	1.339	100	243	13	-	(89)	35.900	333	-	7	46	(31)	355	36.255	35.763
Serviço cobráveis	1.302	685	176	335	3	4	(326)	2.180	-	-	-	-	-	-	2.180	726
Encargos de uso da rede	-	4.241	-	-	-	113	-	4.355	-	-	-	-	-	-	4.355	3.964
Fornecimento não faturado	1.333.189	-	-	-	-	-	(9.281)	1.323.908	-	-	-	-	-	-	1.323.908	1.224.820
Participação financeira do consumidor	2	3.446	25	21	111	198	-	3.804	-	-	-	-	-	-	3.804	2.341
Revendedores e outros:																
Energia no curto prazo - CCEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.990
Energia MVE - Mecanismo de venda excedente	2.345	-	-	-	-	-	-	2.345	-	-	-	-	-	-	2.345	21.282
Ressarcimento - leilões de energia	9.994	-	-	-	-	-	-	9.994	-	-	-	-	-	-	9.994	15.213
TOTAL - CIRCULANTE	2.321.336	612.821	94.617	171.500	23.623	9.502	(182.795)	3.050.606	249.206	-	68.645	692.227	(730.678)	279.400	3.330.006	3.514.815
NÃO CIRCULANTE																
Consumidores - distribuição de energia:																
Residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.513	-	-	(3.284)	14.229	14.229	7.425
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.959	-	-	(1.875)	2.084	2.084	2.296
Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.211	-	-	(1.197)	9.014	9.014	6.168
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-	9	9	4
Poderes públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.058	-	-	-	1.058	1.058	660
Iluminação pública	-	-	-	-	-	24.079	-	24.079	-	231	-	-	-	231	24.310	24.313
Serviço público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	152	-	-	-	152	152	131
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-	-	24.079	-	24.079	-	33.133	-	-	(6.356)	26.777	50.856	40.997
TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	2.321.336	612.821	94.617	171.500	23.623	33.581	(182.795)	3.074.685	249.206	33.133	68.645	692.227	(737.034)	306.177	3.380.862	3.555.812

(*) Os saldos de arrecadação em fase de processo de classificação, para fins societários, são realocados para as classes de consumo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.2 Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber - acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	2022	2021
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores		1.010.078	943.243
Subtotal		1.010.078	943.243
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(730.678)	(580.019)
Saldo líquido de PECLD		279.400	363.224
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores		33.133	23.667
Subtotal		33.133	23.667
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	6.3	(6.356)	(6.749)
Saldo líquido de PECLD		26.777	16.918
Total circulante + não circulante		306.177	380.142

A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas em até 12 vezes.

A abertura das contas a receber – acordos por vencimento é a seguinte:

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 2022
		até 90 dias	mais de 90	
Consumidores	282.338	90.432	670.441	1.043.211
Subtotal	282.338	90.432	670.441	1.043.211
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(15.634)	(34.652)	(686.748)	(737.034)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	266.704	55.780	(16.307)	306.177

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total 2021
		até 90 dias	mais de 90	
Consumidores	362.776	96.236	507.898	966.910
Subtotal	362.776	96.236	507.898	966.910
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(68.350)	(40.906)	(477.512)	(586.768)
Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante	294.426	55.330	30.386	380.142

6.3 Perda esperada com créditos de liquidação

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente para os clientes com débitos relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para os demais casos em que não existe uma análise criteriosa, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e para as classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias os quais tomam por base a regra definida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A provisão de outros serviços complementares é constituída sobre os valores vencidos a mais de 360 dias, ou em casos específicos baseados nas mudanças no perfil de pagamento do devedor.

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2021	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2022
Consumidores	6.1	(203.769)	(535.773)	556.747	(182.795)
Contas a receber - acordos	6.2	(586.768)	(175.436)	25.170	(737.034)
Outros créditos - serviços prestados		(5.390)	(1.046)	-	(6.436)
Total		(795.927)	(712.255)	581.917	(926.265)
Circulante		(789.178)			(919.909)
Não circulante		(6.749)			(6.356)
Total		(795.927)			(926.265)

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2020	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2021
Consumidores	6.1	(150.977)	(402.603)	349.811	(203.769)
Contas a receber - acordos	6.2	(425.643)	(190.131)	29.006	(586.768)
Outros créditos - serviços prestados		(4.464)	(2.566)	1.640	(5.390)
Total		(581.084)	(595.300)	380.457	(795.927)
Circulante		(578.014)			(789.178)
Não circulante		(3.070)			(6.749)
Total		(581.084)			(795.927)

A Companhia tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	Nota	2022	2021
Provisões/Reversões		(712.255)	(595.300)
Reversões		-	-
Receita com recuperação de perdas	6.3.1	7.318	1.165
Despesa com PECLD		(704.937)	(594.135)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.3.1 Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda (critério fiscal).

7. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Contribuição social		-	12.587
Imposto de renda		-	24.206
Imposto de renda retido na fonte		-	20.641
Total		-	57.434

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar são apresentados líquidos dos montantes dos impostos de renda e contribuição social compensáveis. O saldo de imposto de renda apresentado é composto pelo montante de imposto de renda a pagar de R\$ 187.095 e do montante do imposto de renda compensável no montante de R\$ 18.678. E o saldo de contribuição social apresentado é composto pelo montante de contribuição social a pagar de R\$ 56.363 e do montante de contribuição social compensável no montante de R\$ 3.852 – vide nota explicativa nº 13.

Outros tributos compensáveis		31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	967.515	814.140
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		124.570	103.685
ICMS - Compra de créditos		74.959	30.945
COFINS		31.282	33.122
PIS		7.493	7.847
INSS		122	84
Total		1.205.941	989.823
Não circulante			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	4.019.996	5.117.610
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		93.291	90.596
Total		4.113.287	5.208.206
Total circulante + não circulante		5.319.228	6.198.029

8. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	2022	2021
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	8.2	3.302.266	3.111.228
Benefício fiscal do ágio incorporado	8.3	1.865.680	1.937.338
Total dos tributos e contribuições sociais diferidos		5.167.946	5.048.566

8.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balanço Patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Tributos diferidos ativos						
Provisão de benefício a empregados	2.011.368	2.090.193	(111.470)	(122.577)	32.646	91.011
Provisão para processos judiciais e outros	339.182	306.523	32.659	9.023	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	319.192	270.615	48.577	73.046	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	754.800	828.002	(73.202)	20.851	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	-	-	-	(82.773)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	114.434	42.584	71.850	33.115	-	-
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	189.022	64.814	124.208	30.713	-	-
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	8.077	14.408	(6.331)	14.408	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	33.323	33.107	216	(4.406)	-	-
Arrendamento mercantil - CPC 06 - IFRS 16	5.018	2.673	2.345	4.532	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	-	-	(1.334)	-	-
Outros	65.115	32.011	(1.626)	(4.168)	1.553	8.284
Total dos tributos diferidos ativos	3.839.531	3.684.930	87.226	(29.570)	34.199	99.295
Tributos diferidos passivos:						
Reavaliação regulatória	(414.326)	(477.539)	63.213	76.080	-	-
Reavaliação regulatória - Complemento da BRR - 5CRTP	-	-	-	(1.442)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(69.417)	(48.409)	(21.008)	(4.779)	-	-
Swap	(22.533)	(23.364)	831	17.536	33.178	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(4.262)	-	(4.262)	-	-	-
Outros	(26.726)	(24.390)	(2.336)	(394)	-	(2)
Total dos tributos diferidos passivos	(537.265)	(573.702)	36.437	87.001	33.178	(2)
Ativo fiscal diferido, líquido	3.302.266	3.111.228				
			123.663	57.431	67.377	99.293
Realização do benefício fiscal do ágio incorporado			(71.660)	(71.660)		
Juros mora (a)			(18.310)	(88.680)		
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social			33.693	(102.909)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O imposto de renda e contribuição social diferido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 18.310 são representados pela incidência destes tributos sobre as receitas de juros moratórios, pelo fato de a Companhia ter apurado lucro fiscal no referido período. O processo dos juros moratórios refere-se à ação judicial que questiona a exigência de IRPJ e CSLL sobre as receitas auferidas a título de juros. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de renda diferido.

8.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 6 de novembro de 2019, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.12.2022		31.12.2021
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido
AES Elpa			
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295
Amortização acumulada	(268.993)	177.535	(91.458)
Subtotal	246.577	(162.740)	83.837
Brasileira Participações			
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739
Amortização acumulada	(160.726)	106.079	(54.647)
Subtotal	147.332	(97.240)	50.092
Enel Sudeste			
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559
Amortização acumulada	(434.776)	284.968	(149.808)
Subtotal	5.715.541	(3.983.790)	1.731.751
Total do ágio/benefício fiscal de incorporações	6.109.450	(4.243.770)	1.865.680

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	2022	2021
Saldo inicial	5.048.566	4.963.502
Impacto no resultado	52.003	(14.229)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	67.377	99.293
Saldo final	5.167.946	5.048.566

8.5 Estimativa de realização:

Uso de estimativas:

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	Tributos e contribuições sociais diferidos ativos	Benefício fiscal do ágio incorporado	Total
2023	590.430	71.658	662.088
2024	2.067.230	71.658	2.138.888
2025	169.387	71.658	241.045
2026	174.666	71.658	246.324
2027	281.719	71.658	353.377
2028	176.150	60.155	236.305
2029-2032	261.905	195.685	457.590
2033-2058	-	1.251.550	1.251.550
	3.721.487	1.865.680	5.587.167

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas a concessão

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

No término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada através de fiscalização do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005, foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010, foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi a alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da "Parcela A" da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Em outubro de 2018, foi assinado o Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, devido a mudança do acionista controlador.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

Bens vinculados à concessão: De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação regulatória compulsória, registrada em determinação à Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação (nota explicativa nº 9.4) estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução 674/15 Manual de Controle Patrimonial vigente emitida pelo Órgão Regulador.

A reavaliação regulatória compulsória é valorada de acordo com o laudo da base de remuneração regulatória elaborado pela Companhia e homologado pela ANEEL na ocasião da Revisão Tarifária Ordinária. O valor contabilizado foi apurado pela diferença entre o valor contábil e o valor novo de reposição (VNR) do ativo imobilizado em serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e índices de aproveitamento, em decorrência do 5º ciclo de Revisão Tarifária da Companhia, ocorrido em julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da reavaliação regulatória compulsória registrada, correspondente ao 5º ciclo de Revisão Tarifária, é de R\$ 1.624.048 (R\$ 1.970.249 em 31 de dezembro de 2019). A reserva de reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de aquisição do imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 30,26% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (4,52% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), sobre os ativos imobilizados qualificáveis.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicável, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável

Uso de estimativas:

A Companhia avalia trimestralmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado na data identificada. A Companhia efetua o teste anualmente para o ativo imobilizado.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O teste de recuperação dos ativos da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil nas datas das avaliações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.1 A composição e movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2022	Valor líquido em 31.12.2021
Ativo Imobilizado em Serviço										
Distribuição	25.521.239	-	(399.555)	1.282.695	84.992	26.489.371	968.132	(15.697.490)	10.791.881	10.091.175
Terrenos	514.509	-	(1.373)	-	1.122	514.258	(251)	-	514.258	514.509
Edifícios, obras civis e benfeitorias	649.388	-	(11.244)	39.379	69.875	747.398	98.010	(440.860)	306.538	203.456
Máquinas e equipamentos	24.135.718	-	(386.163)	1.237.047	4.016	24.990.618	854.900	(15.168.424)	9.822.194	9.353.152
Veículos	193.367	-	(775)	5.172	24.449	222.213	28.846	(78.519)	143.694	19.823
Móveis e utensílios	28.257	-	-	1.097	(14.470)	14.884	(13.373)	(9.687)	5.197	235
Administração	265.677	-	(12.003)	57.576	112	311.362	45.684	(168.569)	142.793	105.809
Terrenos	710	-	-	-	(1)	709	(1)	0	709	710
Edifícios, obras civis e benfeitorias	93.218	-	(8.007)	26.284	2	111.497	18.279	(52.976)	58.521	40.472
Máquinas e equipamentos	137.150	-	(718)	5.951	170	142.553	5.403	(88.864)	53.689	54.799
Veículos	2.724	-	(1.224)	-	(1)	1.499	(1.225)	(912)	587	1.404
Móveis e utensílios	31.875	-	(2.054)	25.341	(58)	55.104	23.229	(25.817)	29.287	8.424
Subtotal	25.786.916	-	(411.558)	1.340.271	85.104	26.800.733	1.013.816	(15.866.059)	10.934.674	10.196.984
Ativo Imobilizado em Curso										
Distribuição	1.022.913	1.219.620	-	(1.278.751)	4.106	967.889	(55.024)	-	967.889	1.022.913
Máquinas e equipamentos	542.673	1.067.428	-	(1.245.984)	(1)	364.116	(178.557)	-	364.116	542.673
Outros	480.240	152.193	-	(32.767)	4.107	603.773	123.533	-	603.773	480.240
Administração	119.491	46.893	-	(82.805)	-	83.579	(35.912)	-	83.579	119.491
Máquinas e equipamentos	65.453	46.530	-	(32.803)	(4)	79.176	13.723	-	79.176	65.453
Outros	54.038	363	-	(50.002)	4	4.403	(49.635)	-	4.403	54.038
Subtotal	1.142.404	1.266.514	-	(1.361.556)	4.106	1.051.468	(90.936)	-	1.051.468	1.142.404
Total do Ativo Imobilizado	26.929.320	1.266.514	(411.558)	(21.285)	89.210	27.852.201	922.880	(15.866.059)	11.986.142	11.339.388

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir apresenta a movimentação da depreciação acumulada do imobilizado:

	Valor DA Acum 31.12.2021	Adição	Baixa COC	Baixa Reavaliação	Outros	Valor DA Acum 31.12.2022
<u>Ativo Imobilizado em Serviço</u>						
<u>Distribuição</u>	(15.452.061)	(742.267)	80.751	271.743	144.344	(15.697.490)
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios, obras civis e benfeitorias	(445.932)	(13.372)	947	8.172	9.325	(440.860)
Máquinas e equipamentos	(14.782.567)	(727.269)	79.286	263.314	(1.188)	(15.168.424)
Veículos	(190.918)	(1.120)	512	263	112.744	(78.519)
Móveis e utensílios	(32.644)	(506)	6	(6)	23.463	(9.687)
<u>Administração</u>	(159.868)	(14.008)	3.198	2.059	50	(168.569)
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios, obras civis e benfeitorias	(52.746)	(2.607)	1.745	632	-	(52.976)
Máquinas e equipamentos	(82.351)	(7.082)	376	193	-	(88.864)
Veículos	(1.320)	(190)	598	-	-	(912)
Móveis e utensílios	(23.451)	(4.129)	479	1.234	50	(25.817)
Total	(15.611.929)	(756.275)	83.949	273.802	144.394	(15.866.059)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31.12.2021	Valor líquido em 31.12.2020
Ativo Imobilizado em Serviço									
Distribuição	25.393.209	7.696	(812.947)	933.281	25.521.239	128.030	(15.430.065)	10.091.175	9.985.891
Terrenos	514.776	-	(914)	647	514.509	(267)	-	514.509	514.776
Edifícios, obras civis e benfeitorias	644.055	-	(854)	6.187	649.388	5.333	(445.932)	203.456	211.973
Máquinas e equipamentos	24.008.901	7.696	(804.716)	923.837	24.135.718	126.817	(14.782.567)	9.353.152	9.228.397
Veículos	197.171	-	(6.406)	2.602	193.367	(3.804)	(173.544)	19.823	24.836
Móveis e utensílios	28.306	-	(57)	8	28.257	(49)	(28.022)	235	5.909
Administração	262.276	-	(10.629)	14.030	265.677	3.400	(159.868)	105.809	110.332
Terrenos	710	-	-	-	710	-	-	710	710
Edifícios, obras civis e benfeitorias	98.835	-	(7.485)	1.868	93.218	(5.617)	(52.746)	40.472	45.955
Máquinas e equipamentos	125.847	-	(586)	11.889	137.150	11.303	(82.351)	54.799	51.879
Veículos	2.584	-	-	140	2.724	140	(1.320)	1.404	1.478
Móveis e utensílios	34.300	-	(2.558)	133	31.875	(2.425)	(23.451)	8.424	10.310
Subtotal	25.655.485	7.696	(823.576)	947.311	25.786.916	131.430	(15.589.933)	10.196.984	10.096.223
Ativo Imobilizado em Curso									
Distribuição	662.079	1.296.375	-	(935.541)	1.022.913	360.834	-	1.022.913	662.079
Máquinas e equipamentos	355.341	1.112.464	-	(925.132)	542.673	187.332	-	542.673	355.341
Estoque	289.172	170.984	-	-	460.156	170.984	-	460.156	289.172
Terrenos	219	6.834	-	(647)	6.406	6.187	-	6.406	219
Edificações	13.801	6.074	-	(7.111)	12.764	(1.037)	-	12.764	13.801
Veículos	2.921	(5)	-	(2.602)	314	(2.607)	-	314	2.921
Móveis e utensílios	625	24	-	(49)	600	(25)	-	600	625
Administração	59.753	95.382	-	(35.644)	119.491	59.738	-	119.491	59.753
Máquinas e equipamentos	52.512	42.147	-	(29.206)	65.453	12.941	-	65.453	52.512
Outros	7.241	53.235	-	(6.438)	54.038	46.797	-	54.038	7.241
Subtotal	721.832	1.391.757	-	(971.185)	1.142.404	420.572	-	1.142.404	721.832
Total do Ativo Imobilizado	26.377.317	1.399.453	(823.576)	(23.874)	26.929.320	552.002	(15.589.933)	11.339.388	10.818.055

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.2 A composição e movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições (A)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2022	Valor líquido em 31.12.2021
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	605.880	-	8.891	(5)	614.766	8.886	(502.095)	112.672	109.738
Servidões	101.077	-	1.126	(2)	102.201	1.124	-	102.201	101.077
Softwares	504.803	-	7.765	(3)	512.565	7.762	(502.095)	10.471	8.661
Administração	619.220	-	150.348	6	769.574	150.354	(516.036)	253.538	199.415
Softwares	396.343	-	36.853	(1)	433.195	36.852	(373.049)	60.145	47.469
Outros	222.877	-	113.495	7	336.379	113.502	(142.987)	193.392	151.946
Subtotal	1.225.100	-	159.239	1	1.384.340	159.240	(1.018.131)	366.210	309.153
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	18.323	2.141	(6.616)	(1)	13.847	(4.475)	-	13.847	18.323
Servidões	1.220	(54)	(1.126)	(1)	39	(1.180)	-	39	1.220
Software	17.103	2.195	(5.490)	-	13.808	(3.295)	-	13.808	17.103
Administração	151.110	484.855	(131.338)	-	504.627	353.517	-	504.627	151.110
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	151.110	484.855	(131.338)	-	504.627	353.517	-	504.627	151.110
Subtotal	169.433	486.996	(137.954)	(1)	518.474	349.042	-	518.474	169.433
Total do Ativo Intangível	1.394.533	486.996	21.285	0	1.902.814	508.282	(1.018.131)	884.684	478.586

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir apresentamos a movimentação da amortização acumulada:

	Valor líquido em 31.12.2021	Adição	Valor DA Acum 31.12.2022
<u>Ativo Intangível em Serviço</u>			
<u>Distribuição</u>	(496.142)	(5.953)	(502.095)
Servidões	-	-	-
Softwares	(496.142)	(5.953)	(502.095)
<u>Administração</u>	(419.805)	(96.231)	(516.036)
Softwares	(348.875)	(24.175)	(373.049)
Outros	(70.930)	(72.057)	(142.987)
<u>Total</u>	(915.947)	(102.184)	(1.018.131)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 (em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas (A)+(B)+(C)+(D)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2021	Valor líquido em 31.12.2020
Ativo Intangível em Serviço									
<u>Distribuição</u>	604.572	-	(832)	2.140	605.880	1.308	(496.142)	109.738	114.982
Servidões	101.004	-	-	73	101.077	73	-	101.077	101.004
Softwares	503.568	-	(832)	2.067	504.803	1.235	(496.142)	8.661	13.978
<u>Administração</u>	490.662	-	(10.803)	139.361	619.220	128.558	(419.805)	199.415	134.783
Softwares	387.187	-	(10.677)	19.833	396.343	9.156	(348.874)	47.469	62.948
Outros	103.475	-	(126)	119.528	222.877	119.402	(70.931)	151.946	71.835
Subtotal	1.095.234	-	(11.635)	141.501	1.225.100	129.866	(915.947)	309.153	249.765
Ativo Intangível em Curso									
<u>Distribuição</u>	3.291	16.236	-	(1.204)	18.323	15.032	-	18.323	3.291
Servidões	325	968	-	(73)	1.220	895	-	1.220	325
Software	2.966	15.268	-	(1.131)	17.103	14.137	-	17.103	2.966
<u>Administração</u>	96.233	171.300	-	(116.423)	151.110	54.877	-	151.110	96.233
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Software	96.233	171.300	-	(116.423)	151.110	54.877	-	151.110	96.233
Subtotal	99.524	187.536	-	(117.627)	169.433	69.909	-	169.433	99.524
Total do Ativo Intangível	1.194.758	187.536	(11.635)	23.874	1.394.533	199.775	(915.947)	478.586	349.289

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.3 A composição e movimentação da conta “Máquinas e equipamentos” da atividade de distribuição é como segue:

Nota	Valor bruto em 31.12.2021	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (D)	Valor bruto em 31.12.2022	Adições líquidas (A)-(B)+(C)+(D)
AIS Bruto						
Distribuição:	24.135.718	(386.163)	1.237.047	4.018	24.990.617	854.902
Transformador de distribuição	2.291.181	(56.941)	146.428	-	2.380.668	89.487
Medidor	1.435.441	(48.146)	149.271	-	1.536.565	101.125
Redes média tensão (2,3 KV a 44 KV)	10.385.039	(159.312)	424.383	-	10.650.109	265.071
Redes alta tensão (88 KV a 138 KV)	2.535.510	(77.277)	9.339	-	2.467.571	(67.938)
Subestações média tensão (primário 30 KV a 44 KV)	46.149	(344)	918	-	46.723	574
Subestações alta tensão (primário 88 KV a 138 KV)	2.771.179	(41.236)	196.887	-	2.926.830	155.651
Demais máquinas e equipamentos	4.671.219	(2.907)	309.821	4.018	4.982.151	310.932
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(3.334.839)	-	(300.072)	1	(3.634.910)	(300.072)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(1.353.414)	-	(300.072)	1	(1.653.485)	(300.072)
Outros	(1.981.425)	-	-	-	(1.981.425)	-
Originadas da Receita:	(1.981.425)	-	-	-	(1.981.425)	-
Untrapassagem de demanda	(102.237)	-	-	-	(102.237)	-
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	-	(259.805)	-
Outros	(1.619.383)	-	-	-	(1.619.383)	-

	Valor bruto em 31.12.2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31.12.2021	Adições líquidas (A)-(B)+(C)+(D)
AIS Bruto						
Distribuição:	24.008.917	7.696	(804.715)	923.837	24.135.735	126.818
Transformador de distribuição	2.236.098	-	(62.797)	117.880	2.291.181	55.083
Medidor	1.386.989	-	(119.767)	168.219	1.435.441	48.452
Redes média tensão (2,3 KV a 44 KV)	10.134.050	-	(225.759)	476.748	10.385.039	250.989
Redes alta tensão (88 KV a 138 KV)	2.553.209	-	(72.051)	54.352	2.535.510	(17.699)
Subestações média tensão (primário 30 KV a 44 KV)	46.228	-	(5.679)	5.600	46.149	(79)
Subestações alta tensão (primário 88 KV a 138 KV)	2.987.348	-	(287.054)	70.885	2.771.179	(216.169)
Demais máquinas e equipamentos	4.664.995	7.696	(31.608)	30.153	4.671.236	6.241
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(3.256.865)	-	-	(77.974)	(3.334.839)	(77.974)
Participações, doações, subvenções, PEE, P&D, universalização	(1.285.968)	-	-	(67.446)	(1.353.414)	(67.446)
Outros	(1.970.897)	-	-	(10.528)	(1.981.425)	(10.528)
Originadas da Receita:	(1.970.897)	-	-	(10.528)	(1.981.425)	(10.528)
Untrapassagem de demanda	(102.237)	-	-	-	(102.237)	-
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	-	(259.805)	-
Outros	(1.608.855)	-	-	(10.528)	(1.619.383)	(10.528)

9.3.1 Do montante de R\$ 1.619.383 em 31 de dezembro de 2022 e 2021 identificado como “Outros”, R\$ 1.495.594 refere-se a reavaliações de obrigações especiais registradas em exercícios anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9.4 A composição do custo histórico e reavaliação do imobilizado, intangível e bens e atividades não vinculadas à concessão é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2022		2021
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço:				
Distribuição	3,83%	26.878.831	(16.197.113)	10.681.718
Custo histórico		16.493.746	(7.481.215)	8.353.075
Reavaliação		10.385.085	(8.715.898)	1.909.467
Administração	4,64%	1.081.054	(684.605)	396.449
Custo histórico		955.390	(578.711)	282.683
Reavaliação		125.664	(105.894)	22.839
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	26,09%	4.654	(4.597)	57
Custo histórico		4.654	(4.597)	57
Total em serviço		27.964.539	(16.886.315)	11.078.224
Em curso:				
Distribuição		1.242.645	-	1.242.645
Administração		322.991	-	322.991
Total em curso		1.565.636	-	1.565.636
Total: em serviço + em curso		29.530.175	(16.886.315)	11.879.959

9.5 A composição das adições nos exercícios, por tipo de gastos capitalizado, foi como segue:

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Valor bruto em 31.12.2022
Em curso					
Terrenos	(2.364)	(2.256)	(707)	(100)	(5.427)
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.042	8.628	2.705	383	20.758
Máquinas e equipamentos	485.185	462.988	145.137	20.542	1.113.852
Móveis e utensílios	11.752	11.214	3.515	497	26.978
Transformação, fabricação e reparo de materiais	(11.536)	-	-	-	(11.536)
Material em depósito	112.296	-	-	-	112.296
Compras em andamento	4.593	-	-	-	4.593
Outros	214.310	204.505	64.108	9.073	491.996
Total do imobilizado em curso	823.278	685.079	214.758	30.395	1.753.510

	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Juros capitalizados	Valor bruto em 31.12.2021
Em curso					
Terrenos	2.977	2.841	891	126	6.835
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.760	19.811	6.210	879	47.660
Máquinas e equipamentos	502.939	479.930	150.448	21.293	1.154.610
Móveis e utensílios	3.569	3.406	1.068	151	8.194
Transformação, fabricação e reparo de materiais	19.087	-	-	-	19.087
Material em depósito	151.749	-	-	-	151.749
Compras em andamento	147	-	-	-	147
Outros	83.202	79.397	24.889	3.523	191.011
Total do imobilizado em curso	784.430	585.385	183.506	25.972	1.579.293

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	CONDUTOR AL ISOLADO-XLPE MONOF/UNIP 2000MM2	53.933
2.	CONDUTO PE CORRUG ALTA DENSID 12 DUTO 200MM	27.610
3.	EDIFICAÇÃO OUTRAS BENFETORIA PREDIO 3º	26.284
4.	CONDUTOR AL ISOLADO-XLPE 1200MM² MONOF	21.128
5.	BANCO DUTOS PE CORRUG ALTA DENSID 6 DUTO 200MM	12.006
6.	MED INTELIGENTE ENER MON/ PCL C/MOD C/MOD	28.827
7.	TRAFO FORÇA 138KV 13,8 KV 60MVA TRIF COM COMUT	9.035
8.	MED INTELIGENTE ENER MON/UNIP REDE CEL S/MOD S/MOD	7.075
9.	BANCO DUTOS TERRA 6 DUTOS PLAST 160MM	6.302
10.	URBANIZAÇÃO E BENFEITORIAS MURO DE ARRIMO	6.148

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	TRANSF. AEREO DISTR. MONOF.	(4.524)
2.	TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO	(4.313)
3.	MEDIDOR ELETRÔNICO	(4.255)
4.	TRAFO FORÇA 40/60MVA TUSA 138/88 1990 RF	(3.974)
5.	TRAFO FORÇA 40/60MVA TUSA 501303	(3.974)
6.	MEDIDOR MONOFASICO	(3.816)
7.	TRAFO POT TRIF. 15/20MVA 88/138-13,8 KV	(2.884)
8.	CABO COBRE ISOL 500 MM2	(2.469)
9.	CABO AL NU 336,4 MCM	(2.468)
10.	TRAFO 138/88-13,8KV 60MVA 3F C/COMUT	(2.382)

As cinco principais adições (pelo critério de valor) ao intangível em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	Software GDS DCO-Capitalização AWS Inter Fase1(S)	41.823
2.	Software AWS Intercom	8.423
3.	Software AWS Local Spend fase 2	7.826
4.	Software RollOut Smart Metering SP	7.775
5.	Software P&M Melhorias SAP CCS	6.116

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo e passivo regulatório

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios (ativos e passivos financeiros setoriais) tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:



Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
(Enel Distribuição São Paulo)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Saldo em 31.12.2021	Adição	Amortização	Escassez Hídrica / CDE Eletrobrás / Itaipu	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31.12.2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Ativos Financeiros Setoriais													
CVA Ativa		2.578.686	681.329	(1.501.515)	-	(1.018.830)	181.341	553.392	1.474.403	460.269	1.014.134	1.156.122	318.281
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)		676.622	(927.446)	(944.135)	-	148.683	12.366	1.367.193	333.283	(175.041)	508.324	333.283	-
Custos de energia de Itaipu	10.1	779.036	507.955	-	-	-	52.274	(921.827)	417.438	417.439	(1)	208.719	208.719
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		14.559	97.406	(66.174)	-	-	9.113	-	54.904	1.659	53.245	54.073	831
Transporte de energia pela rede básica		65.250	166.606	(59.036)	-	-	13.546	(2.100)	184.266	125.339	58.927	121.611	62.655
Transporte de energia elétrica - Itaipu		33.914	26.546	(29.712)	-	-	3.667	-	34.415	18.807	15.608	25.011	9.404
Encargos de Serviços de Sistema - ESS		985.897	398.970	(206.961)	-	(1.167.513)	55.239	136.210	201.842	-	201.842	201.842	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		23.408	411.292	(195.497)	-	-	35.136	(26.084)	248.255	72.066	176.189	211.583	36.672
Demais ativos financeiros setoriais		870.193	3.208.320	8.793	(1.310.619)	(103.966)	41.537	(1.672.687)	1.041.571	886.240	155.331	474.663	566.908
Neutralidade da Parcela A		24.665	(19.601)	(7.810)	-	-	4.857	5.954	8.065	4.900	3.165	8.066	(1)
Sobrecontratação de energia		112.727	388.629	(107.604)	-	(103.966)	1.868	4.082	295.736	295.737	(1)	147.869	147.867
Antecipação da parcela B		140.000	140.000	(152.168)	-	-	24.335	-	152.167	-	152.167	152.168	(1)
Bandeira escassez hídrica		-	263.503	-	-	-	10.477	-	273.980	273.980	-	273.980	(0)
Outros		592.801	2.435.789	276.375	(1.310.619)	-	-	(1.682.723)	311.623	311.623	-	(107.420)	419.043
Total Ativos Financeiros Setoriais		3.448.879	3.889.649	(1.492.722)	(1.310.619)	(1.122.796)	222.878	(1.119.295)	2.515.974	1.346.509	1.169.465	1.630.785	885.189

	Nota	Saldo em 31.12.2021	Adição	Amor- tização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remu- neração	Tranfe- rências	Saldo em 31.12.2022	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Passivos Financeiros Setoriais												
CVA Passiva		226.537	(35.481)	1.362	17.622	13.442	724.476	947.958	947.958	-	478.975	468.983
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)		113.897	(742)	-	-	-	636.580	749.735	749.735	-	379.864	369.871
Custos de energia de Itaipu	10.1	-	22.847	-	-	(1.429)	(21.418)	-	-	-	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica		-	(137)	1.362	-	875	(2.100)	-	-	-	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS		-	30.792	-	17.622	13.599	136.210	198.223	198.223	-	99.111	99.112
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		112.640	(88.241)	-	-	397	(24.796)	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais		1.438.602	1.149.555	(614.464)	15.443	75.158	59.649	2.123.943	2.596.932	(472.989)	1.307.044	816.899
Neutralidade da Parcela A		11.987	-	(11.986)	-	-	5.954	5.955	5.955	-	2.977	2.978
Sobrecontratação de energia		-	(5)	(2.006)	-	-	4.082	2.071	-	2.071	2.072	(1)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP		109.272	-	(72.847)	-	-	-	36.425	-	36.425	36.425	(0)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP		209.796	77.436	-	-	31.496	-	318.728	318.728	0	159.364	159.364
Risco hidrológico - Outros		797.337	456.622	(527.625)	-	40.719	-	767.053	339.153	427.900	597.477	169.576
Outros		310.210	615.502	-	15.443	2.943	49.613	993.711	1.933.096	(939.385)	508.729	484.982
Total Passivos Financeiros Setoriais		1.665.139	1.114.074	(613.102)	33.065	88.600	784.125	3.071.901	3.544.890	(472.989)	1.786.019	1.285.882

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldo em 31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31.12.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Ativos Financeiros Setoriais											
CVA Ativa	1.319.875	2.773.300	(787.837)	(1.542.590)	80.165	735.773	2.578.686	1.867.747	710.939	1.645.554	933.132
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	169.543	563.612	(632.665)	(1.320.396)	50.674	1.845.854	676.622	25.479	651.143	663.882	12.740
Custos de energia de Itaipu	940.114	1.009.189	-	-	23.385	(1.193.652)	779.036	779.036	-	389.518	389.518
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	765	27.596	(13.673)	-	1.092	(1.221)	14.559	453	14.106	14.332	227
Transporte de energia pela rede básica	1.068	22.479	(4.410)	-	526	45.587	65.250	65.644	(394)	33.406	31.844
Transporte de energia elétrica - Itaipu	17.570	27.034	(14.418)	-	1.086	2.642	33.914	18.739	15.175	24.544	9.370
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	154.300	1.142.973	(54.849)	(222.194)	325	(34.658)	985.897	978.396	7.501	496.464	489.433
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.515	(19.583)	(67.822)	-	3.077	71.221	23.408	-	23.408	23.408	-
Demais ativos financeiros setoriais	267.513	805.428	(196.673)	(28.230)	2.399	19.756	870.193	788.990	81.203	489.768	380.425
Neutralidade da Parcela A	58.414	7.399	(58.812)	-	1.046	16.618	24.665	25.995	(1.330)	12.332	12.333
Sobrecontratação de energia	169.493	66.474	(96.525)	(28.230)	1.319	196	112.727	6.121	106.606	110.166	2.561
Antecipação da parcela B	-	140.000	-	-	-	-	140.000	140.000	-	70.000	70.000
Outros	39.606	591.555	(41.336)	-	34	2.942	592.801	616.874	(24.073)	297.270	295.531
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.587.388	3.578.728	(984.510)	(1.570.820)	82.564	755.529	3.448.879	2.656.737	792.142	2.135.322	1.313.557

Nota	Saldo em 31.12.2020	Adição	Amortização	Recebimento Bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Saldo em 31.12.2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Circulante	Não Circulante
Passivos Financeiros Setoriais											
CVA Passiva	447.100	(1.467.059)	(148.206)	666.725	(8.190)	736.167	226.537	228.022	(1.485)	120.875	105.662
Custos de Aquisição de Energia - (CVA energ)	355.365	(1.409.509)	(121.644)	632.538	(8.078)	665.225	113.897	113.897	-	64.555	49.342
Custos de energia de Itaipu	48.752	(35.366)	-	-	80	(13.466)	-	-	-	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	5.535	-	3.835	-	(206)	(9.164)	-	-	-	-	-
Transporte de energia pela rede básica	17.621	(53.399)	(8.662)	-	(1.146)	45.586	-	1.956	(1.956)	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	2.860	-	(5.239)	-	(262)	2.641	-	-	-	-	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	16.967	-	(16.496)	34.187	-	(34.658)	-	(471)	471	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	31.215	-	-	1.422	80.003	112.640	112.640	-	56.320	56.320
Demais passivos financeiros setoriais	1.117.397	1.096.319	(846.919)	-	52.446	19.359	1.438.602	944.868	493.734	1.058.909	379.693
Neutralidade da Parcela A	13.794	(7.119)	(11.608)	-	700	16.220	11.987	1.328	10.659	11.987	-
Sobrecontratação de energia	62.783	(197)	(62.783)	-	-	197	-	997	(997)	-	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	182.119	-	(72.847)	-	-	-	109.272	-	109.272	292.843	(183.571)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	131.769	70.100	-	-	7.327	-	209.796	209.796	-	-	209.796
Risco hidrológico - Outros	681.468	783.730	(680.889)	-	13.028	-	797.337	410.804	386.533	591.935	205.402
Outros	45.464	249.805	(18.792)	-	30.791	2.942	310.210	321.943	(11.733)	162.144	148.066
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.564.497	(370.740)	(995.125)	666.725	44.256	755.526	1.665.139	1.172.890	492.249	1.179.784	485.355

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10.1 A redução no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente a redução da taxa de câmbio (dólar médio), que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5,13, enquanto o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,15.

11. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. A composição destas obrigações é a seguinte:

	Depreciação Taxa média anual (%)	2022		2021	
		Custo histórico	Total	Custo histórico	Total
Em serviço		(3.634.910)	(3.634.910)	(3.334.838)	(3.334.838)
Participação da União, Estados e Municípios	3,84	(47.408)	(47.408)	(44.040)	(44.040)
Participação Financeira do Consumidor	3,84	(1.452.304)	(1.452.304)	(1.155.599)	(1.155.599)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,84	(51.828)	(51.828)	(51.828)	(51.828)
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,84	(32.470)	(32.470)	(32.470)	(32.470)
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84	(69.476)	(69.476)	(69.476)	(69.476)
Outros		(1.981.424)	(1.981.424)	(1.981.425)	(1.981.425)
Ultrapassagem de demanda	3,84	(102.237)	(102.237)	(102.237)	(102.237)
Excedente de reativos	3,84	(259.805)	(259.805)	(259.805)	(259.805)
Outros	3,84	(1.619.382)	(1.619.382)	(1.619.383)	(1.619.383)
(-) Amortização Acumulada - AIS		1.717.705	1.717.705	1.587.382	1.587.382
Participação da União, Estados e Municípios	3,84	18.050	18.050	16.326	16.326
Participação Financeira do Consumidor	3,84	461.847	461.847	417.008	417.008
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido	3,84	31.419	31.419	29.429	29.429
Programa de Eficiência Energética - PEE	3,84	15.442	15.442	14.195	14.195
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84	24.245	24.245	21.577	21.577
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	3,84	116.658	116.658	102.756	102.756
Outros	3,84	1.050.044	1.050.044	986.091	986.091
Em curso		(29.012)	(29.012)	(192.179)	(192.179)
Participação da União, Estados e Municípios		(8)	(8)	(1.237)	(1.237)
Participação Financeira do Consumidor		(29.004)	(29.004)	(190.942)	(190.942)
Total		(1.946.217)	(1.946.217)	(1.939.635)	(1.939.635)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação ocorrida nos exercícios pode assim ser resumida:

	Saldo em 31.12.2020	Adição	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2021	Adição	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço	(3.267.392)	-	(77.973)	(3.334.837)	-	(300.073)	(3.634.910)
Participação da União, Estados e Municípios	(43.847)	-	(193)	(44.040)	-	(3.368)	(47.408)
Participação Financeira do Consumidor	(1.088.347)	-	(67.252)	(1.155.599)	-	(296.705)	(1.452.304)
Investimentos no Serviço Concedido	(51.828)	-	-	(51.828)	-	-	(51.828)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(32.470)	-	-	(32.470)	-	-	(32.470)
Pesquisa e Desenvolvimento	(69.476)	-	-	(69.476)	-	-	(69.476)
Outros	(1.981.424)	-	(10.528)	(1.981.424)	-	-	(1.981.424)
Ultrapassagem de demanda	(102.237)	-	-	(102.237)	-	-	(102.237)
Excedente de reativos	(259.805)	-	-	(259.805)	-	-	(259.805)
Outros	(1.608.854)	-	(10.528)	(1.619.382)	-	-	(1.619.382)
(-) Amortização Acumulada - AIS	1.461.186	126.196	-	1.587.381	130.324	-	1.717.705
Participação da União, Estados e Municípios	14.639	1.687	-	16.326	1.724	-	18.050
Participação Financeira do Consumidor	375.892	41.116	-	417.008	44.839	-	461.847
Investimentos no Serviço Concedido	27.439	1.990	-	29.429	1.990	-	31.419
Programa de Eficiência Energética - PEE	12.948	1.247	-	14.195	1.247	-	15.442
Pesquisa e Desenvolvimento	18.909	2.668	-	21.577	2.668	-	24.245
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	88.853	13.903	-	102.756	13.902	-	116.658
Outros	922.505	63.585	-	986.090	63.954	-	1.050.044
Em curso	(142.171)	(127.981)	77.973	(192.179)	(136.906)	300.073	(29.012)
Participação da União, Estados e Municípios	(534)	(896)	193	(1.237)	(2.139)	3.368	(8)
Participação Financeira do Consumidor	(141.637)	(116.557)	67.252	(190.942)	(134.767)	296.705	(29.004)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(10.528)	10.528	-	-	-	-
Outros	-	(10.528)	10.528	-	-	-	-
Total	(1.948.378)	(1.785)	-	(1.939.635)	(6.582)	-	(1.946.217)

As dez principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$ mil
1.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Nov/22	196.379
2.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Jul/22	16.026
3.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Ago/22	16.026
4.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Set/22	16.026
5.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Dez/22	12.422
6.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Mai/22	7.874
7.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Jun/22	7.185
8.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Out/22	6.379
9.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Mar/22	5.166
10.	Transf Particip Financ. OE para Serviço Fev/22	3.928

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Itaipu		177.979	610.796
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		47.202	-
Suprimento de energia elétrica		935.838	773.827
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	29.1	4.336	4.004
Energia livre		73.216	65.121
Encargos de uso de rede elétrica		309.639	809.953
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	29.1	1.482	1.255
Total energia		1.549.692	2.264.956
Materiais e serviços		732.968	693.412
Materiais e serviços - partes relacionadas	29.1	492.835	120.579
Total Fornecedores		2.775.495	3.078.947

13. Obrigações fiscais

13.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar 15.1

CIRCULANTE

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda	168.418	-
Contribuição social	52.510	-
Total	220.928	-

O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social líquidos dos pagamentos, pois no exercício de 2022 a Companhia optou pelo regime de apuração mensal.

13.2 outros tributos a pagar

Outros tributos a pagar:

Circulante

Tributos Federais

PIS	16.745	13.420
COFINS	79.106	62.221
INSS	12.634	11.885
IRRF	1.029	4.876
Outros	6.610	6.669
Subtotal - Federais	116.124	99.071

Tributos Estaduais

ICMS	359.932	506.140
Subtotal - Estaduais	359.932	506.140

Tributos Municipais

ISS	2.757	3.623
Subtotal - Municipais	2.757	3.623
Total - Outros tributos a pagar	478.813	608.834

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

14.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debentures e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma, conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico:

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal LP + juros LP	Saldo total	Adimplente ?	Data captação / repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread % a.a.	Data próximo pago juros	Frequência pago juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de amortização	Sistemática amortização
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	151.195	1.071.296	6.569.497	7.791.988											
Debêntures - 23ª emissão (2ª série)	30.135	697.227	-	727.362	Sim	set-2018	Aval/Fiança	CDI	111% do CDI	mar-23	Semestral	mar-23	set-23	Anual	SAC
Debêntures - 24ª emissão (1ª série)	12.187	-	695.529	707.716	Sim	jun-2019	Aval/Fiança	CDI	CDI+0,80%	mai-23	Semestral	mai-23	mai-24	Anual	SAC
Debêntures - 24ª emissão (2ª série)	4.955	-	921.237	926.192	Sim	jun-2019	Aval/Fiança	IPCA	IPCA + 4,0134%	mar-23	Semestral	mai-26	mai-26	Única	Bullet
Debêntures - 25ª Emissão	7.062	-	723.470	730.532	Sim	abr-2021	Aval/Fiança	IPCA	IPCA + 4,26%	out-23	Semestral	abr-29	abr-31	Anual	SAC
Debêntures - 26ª Emissão	20.088	-	574.204	594.292	Sim	out-2021	Aval/Fiança	CDI	CDI + 1,64% a.a.	out-23	Anual	out-27	out-28	Anual	SAC
Debêntures - 27ª Emissão (I)	10.008	-	804.466	814.474	Sim	mai-2022	Aval/Fiança	CDI	CDI + 0,82%	mai-23	Semestral	abr-29	abr-31	Anual	Price
Total Debêntures - moeda nacional	84.435	697.227	3.718.906	4.500.568											
FINEP 2º protocolo	43	13.848	4.839	18.730	Sim	ago-14	Aval/Fiança	TJLP	TJLP -1%	jan-23	Mensal	jan-23	abr-24	Mensal	SAC
BNP 4131 IV	68	-	274.807	274.875	Sim	jun-21	N/A	IPCA	8,41%	jun-23	Semestral	jun-24	jun-24	Única	Bullet
Total Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	111	13.848	279.646	293.605											
BNP 4131 II - a.1	1.236	-	229.652	230.888	Sim	mar-21	N/A	Dólar	Dólar + 1,71% a.a.	mar-23	Semestral	mar-24	mar-24	Única	Bullet
BNP 4131 III - a.2	1.747	-	436.339	438.086	Sim	abr-21	N/A	Dólar	USD + 1,97% a.a.	abr/23	Semestral	abr-24	abr-24	Única	Bullet
SCOTIABANK 4131 II	580	-	205.755	206.335	Sim	mai-21	N/A	Dólar	USD + 2,31% a.a.	mai-23	Semestral	mai-25	mai-25	Única	Bullet
SCOTIABANK 4131 III	2.607	-	290.545	293.152	Sim	ago-21	N/A	Dólar	USD + 2,61% a.a.	fev-23	Semestral	ago-26	ago-26	Única	Bullet
MUFG 4131	1.310	-	201.791	203.101	Sim	set-21	N/A	Dólar	USD + 1,95%	mar-23	Semestral	mar-22	set-24	Única	Bullet
SCOTIABANK 4131 IV	2.985	-	402.135	405.120	Sim	set-21	N/A	Dólar	USD + 2,37% a.a.	mar-23	Semestral	set-25	set-25	Única	Bullet
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	1.716	-	125.563	127.279	Sim	set-22	N/A	Dólar	USD + 3,76% a.a.	mar-23	Semestral	set-25	set-37	Semestral a partir de set. 2025	Price
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	6.584	-	496.343	502.927	Sim	set-22	N/A	Dólar	USD + 3,61% a.a.	mar-23	Semestral	set-25	set-37	Semestral a partir de set. 2025	Price
Total Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	18.765	-	2.388.123	2.406.888											
Arrendamento financeiro	-	55.424	182.822	238.246	Sim	N/A	Próprio bem	CDI	16,80%	jan-23	Mensal	jan-23	abr-27	Mensal	Price
Total Arrendamento mercantil	-	55.424	182.822	238.246											
Dívidas com fundo de pensão	-	(781.749)	(5.523.953)	(6.305.702)											
FUNCESP	-	(781.749)	(5.523.953)	(6.305.702)	Sim	jun-19	Recebeíveis	IGP-DI	5,22%	jan-23	Mensal	jan-23	mai-31	Mensal	Price
Dívidas Notas Promissórias															
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série) - a.10	47.884	304.797	-	352.681	Sim	out-21	N/A	CDI	CDI + 0,97% a.a.	n/a	Bullet	abr-23	abr-23	Única	Bullet
Notas Promissórias	47.884	304.797	-	352.681											
Total dívida bruta - moeda nacional	151.195	289.547	1.045.544	1.486.286											
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	151.195	1.071.296	6.569.497	7.791.988											
Fundo de pensão	-	(781.749)	(5.523.953)	(6.305.702)											

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Instituição / Linha credora	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal LP + juros LP	Saldo total	Cronograma de amortização de principal, líquido dos custos a amortizar						
					2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	151.195	1.071.296	6.569.497	7.791.988	1.530.342	1.043.882	1.314.188	340.949	367.537	1.972.599	6.569.497
Debêntures - 23ª emissão (2ª série)	30.135	697.227	-	727.362	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures - 24ª emissão (1ª série)	12.187	-	695.529	707.716	346.680	348.849	-	-	-	-	695.529
Debêntures - 24ª emissão (2ª série)	4.955	-	921.237	926.192	(4.707)	(4.995)	930.939	-	-	-	921.237
Debêntures - 25ª Emissão	7.062	-	723.470	730.532	(3.205)	(3.205)	(3.205)	(3.205)	(3.205)	739.495	723.470
Debêntures - 26ª Emissão	20.088	-	574.204	594.292	(165)	(165)	(165)	287.335	287.364	-	574.204
Debêntures - 27ª Emissão (i)	10.008	-	804.466	814.474	(3.057)	(3.057)	(3.057)	(3.057)	(3.057)	819.751	804.466
Total Debêntures - moeda nacional	84.435	697.227	3.718.906	4.500.568	335.546	337.427	924.512	281.073	281.102	1.559.246	3.718.906
FINEP 2º protocolo	43	13.848	4.839	18.730	4.839	-	-	-	-	-	4.839
BNP 4131 IV	68	-	274.807	274.875	274.807	-	-	-	-	-	274.807
Total Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	111	13.848	279.646	293.605	279.646	-	-	-	-	-	279.646
BNP 4131 II - a.1	1.236	-	229.652	230.888	229.652	-	-	-	-	-	229.652
BNP 4131 III - a.2	1.747	-	436.339	438.086	436.339	-	-	-	-	-	436.339
SCOTIABANK 4131 II	580	-	205.755	206.335	-	205.755	-	-	-	-	205.755
SCOTIABANK 4131 III	2.607	-	290.545	293.152	-	-	290.545	-	-	-	290.545
MUFG 4131	1.310	-	201.791	203.101	201.791	-	-	-	-	-	201.791
SCOTIABANK 4131 IV	2.985	-	402.135	405.120	-	402.135	-	-	-	-	402.135
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	1.716	-	125.563	127.279	(6)	10.429	10.429	10.429	10.429	83.853	125.563
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	6.584	-	496.343	502.927	(25)	41.717	41.717	41.717	41.717	329.500	496.343
Total Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	18.765	-	2.388.123	2.406.888	867.751	660.036	342.691	52.146	52.146	413.353	2.388.123
Arrendamento financeiro	-	55.424	182.822	238.246	47.399	46.419	46.985	7.730	34.289	-	182.822
Total Arrendamento mercantil	-	55.424	182.822	238.246	47.399	46.419	46.985	7.730	34.289	-	182.822
Dívidas com fundo de pensão	-	(781.749)	(5.523.953)	(6.305.702)	(849.291)	(813.623)	(781.054)	(751.491)	(724.851)	(1.603.643)	(5.523.953)
FUNCESP	-	(781.749)	(5.523.953)	(6.305.702)	(849.291)	(813.623)	(781.054)	(751.491)	(724.851)	(1.603.643)	(5.523.953)
Dívidas Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série) - a.10	47.884	304.797	-	352.681	-	-	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	47.884	304.797	-	352.681	-	-	-	-	-	-	-
Total dívida bruta - moeda nacional	151.195	289.547	1.045.544	1.486.286	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos/Empréstimos e debêntures	151.195	1.071.296	6.569.497	7.791.988	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de pensão	-	(781.749)	(5.523.953)	(6.305.702)	-	-	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Abertura dos ativos financeiros:

LN	Instituição / Linha devedora	Principal curto prazo	Saldo total
9.1	Ativos Financeiros - Caixa e aplicações financeiras	1.344.379	1.344.379
9.1.1	Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.338.169	1.338.169
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	6.210	6.210

Composição do endividamento e dívida líquida:

Resumo	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2022	Total 2021
Dívida bruta (a)	151.195	289.547	1.045.544	1.486.286	331.052
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	111	13.848	279.646	293.605	309.457
Debêntures - moeda nacional	84.435	697.227	3.718.906	4.500.568	4.337.786
Notas Promissórias	47.884	304.797	-	352.681	330.728
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	18.765	-	2.388.123	2.406.888	1.900.185
Arrendamento mercantil	-	55.424	182.822	238.246	22.028
Fundo de pensão	-	(781.749)	(5.523.953)	(6.305.702)	(6.569.132)
Ativos financeiros (b)	-	1.344.379	-	1.344.379	1.115.270
Alta liquidez	-	1.338.169	-	1.338.169	1.112.302
Demais aplicações financeiras	-	6.210	-	6.210	2.968
Dívida líquida (a) - (b)	151.195	(1.054.832)	1.045.544	141.907	(784.218)

14.2 Empréstimos e financiamentos:

14.2.1 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

			31.12.2022							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Ref.	Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%) (II)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Moeda nacional										
FINEP 2 (i)	c.1	2024	TJLP+5,00	43	13.848	-	13.891	4.839	-	18.730
BNP 4131 IV (ii)	c.5	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	274.807	-	274.875
Total - Moeda nacional				111	13.848	-	13.959	279.646	-	293.605
Moeda estrangeira										
BNP 4131 II	c.2	2024	USD + 1,71% a.a.	1.236	-	-	1.236	229.652	-	230.888
BNP 4131 III	c.3	2024	USD + 1,97% a.a.	1.747	-	-	1.747	436.339	-	438.086
SCOTIABANK 4131 II	c.4	2025	USD + 2,31% a.a.	580	-	-	580	205.755	-	206.335
SCOTIABANK 4131 III	c.6	2026	USD + 2,61% a.a.	2.607	-	-	2.607	290.545	-	293.152
MUFG 4131	c.7	2024	USD + 1,95% a.a.	1.310	-	-	1.310	201.791	-	203.101
SCOTIABANK 4131 IV	c.8	2025	USD + 2,37% a.a.	2.985	-	-	2.985	402.135	-	405.120
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	a.1	2037	USD + 3,76% a.a.	1.716	-	-	1.716	125.563	-	127.279
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	a.2	2037	USD + 3,61% a.a.	6.584	-	-	6.584	496.766	(423)	502.927
Total - Moeda estrangeira				18.765	-	-	18.765	2.388.546	(423)	2.406.888
Total - Empréstimos e financiamentos				18.876	13.848	-	32.724	2.668.192	(423)	2.700.493
Notas Promissórias										
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	c.9	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	352.681
Total - Notas promissórias				47.884	305.000	(203)	352.681	-	-	352.681
Total da Dívida				66.760	318.848	(203)	385.405	2.668.192	(423)	3.053.174

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			31.12.2021							Total Circulante + Não Circulante
			Circulante				Não Circulante			
Venci- mento	Taxa efetiva a.a (%) (ii)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
Empréstimos e financiamentos:										
<u>Moeda nacional</u>										
FINEP 2 (i)	2024	TJLP+5,00	64	12.870	-	12.934	18.598	-	18.598	31.532
BNP 4131 IV	2024	BRL + 8,41% a.a.	68	-	-	68	277.857	-	277.857	277.925
Total - Moeda nacional			132	12.870	-	13.002	296.455	-	296.455	309.457
<u>Moeda estrangeira</u>										
BNP 4131 II	2024	USD + 1,71% a.a.	1.321	-	-	1.321	245.621	-	245.621	246.942
BNP 4131 III	2024	USD + 1,97% a.a.	1.868	-	-	1.868	466.679	-	466.679	468.547
SCOTIABANK 4131 II	2025	USD + 2,31% a.a.	620	-	-	620	220.061	-	220.061	220.681
SCOTIABANK 4131 III	2026	USD + 2,61% a.a.	2.833	-	-	2.833	310.747	-	310.747	313.580
MUFG 4131	2024	USD + 1,95% a.a.	1.324	-	-	1.324	215.822	-	215.822	217.146
SCOTIABANK 4131 IV	2025	USD + 2,37% a.a.	3.193	-	-	3.193	430.096	-	430.096	433.289
Total - Moeda estrangeira			11.159	-	-	11.159	1.889.026	-	1.889.026	1.900.185
Total - Empréstimos e financiamentos			11.291	12.870	-	24.161	2.185.481	-	2.185.481	2.209.642
Notas Promissórias										
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	2022	100% do CDI+0,97% a.a.	197	10.000	-	10.197	-	-	-	10.197
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	2023	100% do CDI+0,97% a.a.	-	-	(509)	(509)	311.013	(170)	310.843	310.334
Total - Notas promissórias			394	20.000	(509)	19.885	311.013	(170)	310.843	330.728
Total da Dívida			11.685	32.870	(509)	44.046	2.496.494	(170)	2.496.324	2.540.370

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) Os contratos European Investment Bank (BEI) 26 MUSD, European Investment Bank (BEI) 104 MUSD e BNP IV 4131 são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: Para a FINEP a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 23.780, com taxas contratuais que variam de 0,65% a 1,30%a.a.; para a dívida do European Investment Bank (BEI) conta com garantia da Enel SpA com taxa de 0,52%a.a., e para a dívida do European Investment Bank (BEI) Enel SpA na modalidade SACE com taxa de 0,52%a.a.

14.2.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	R\$ 134.654	Setembro de 2022	USD + 3,76% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
a.2	European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	R\$ 538.616	Setembro de 2022	USD + 3,61% a.a.	Semestral	Semestral a partir de setembro 2025	Setembro de 2037	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a.1 Em 22 de junho de 2022 a Companhia fechou a proposta com o European Investment Bank (BEI) no montante de USD 26.000, com desembolso em 01 de setembro de 2022, a uma taxa de USD + 3,763% e vencimento em 01 de setembro de 2037. Na data de 17 de agosto de 2022, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de USD + 3,763% para CDI + 0,01% a.a. O swap tem vigência com início em 01 de setembro de 2022 e vencimento em 01 de setembro de 2037.

a.2 Em 22 de junho de 2022 a Companhia fechou a proposta com o European Investment Bank (BEI) no montante de USD 104.000, com desembolso em 1 de setembro de 2022, a uma taxa de USD + 3,61% e vencimento em 01 de setembro de 2037. Na data de 17 de agosto de 2022, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de USD +3,61% para CDI - 0,18% a.a. O swap tem vigência com início em 01 de setembro de 2022 e vencimento em 01 de setembro de 2037.

b) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	FINEP - 2º Protocolo FINEP - 2º	R\$ 55.301 R\$ 41.448	Agosto de 2014 Novembro de 2017	TJLP - 1% TJLP - 1%	Mensal Mensal	Mensal (a partir de abril/2017)	abril de 2024 abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
b.2	BNP 4131 II	R\$ 250.000	Março de 2021	Dólar + 1,71%	Semestral	Bullet	março de 2024	Reforço de capital de giro
b.3	BNP III 4131	R\$ 475.000	Abril de 2021	USD + 1,97%	Semestral	Bullet	abril de 2024	Reforço de capital de giro
b.4	SCOTIABANK II 4131	R\$ 209.000	Maior de 2021	USD + 2,31%	Semestral	Bullet	maior de 2025	Reforço de capital de giro
b.5	BNP IV 4131	R\$ 290.000	Junho de 2021	8,41% a.a	Semestral	Bullet	junho de 2024	Reforço de capital de giro
b.6	SCOTIABANK III 4131	R\$ 300.000	Agosto de 2021	USD + 2,61%	Semestral	Bullet	agosto de 2026	Reforço de capital de giro
b.7	MUFG 4131	R\$ 200.000	Setembro de 2021	USD + 1,95%	Semestral	Bullet	setembro de 2024	Reforço de capital de giro
b.8	SCOTIABANK IV 4131	R\$ 400.000	Setembro de 2021	USD + 2,37%	Semestral	Bullet	setembro de 2025	Reforço de capital de giro
b.9	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 315.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	R\$ 305.000	abril de 2023	Reforço de capital de giro

c) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	NOTAS PROMISSÓRIAS - 7ª EMISSÃO	R\$ 10.000	Outubro de 2021	CDI + 0,97%	Bullet	Bullet	abril de 2022 outubro de 2022	Reforço de capital de giro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
d.1	Enel BR I	R\$ 101.160	Janeiro de 2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
d.2	Enel BR II	R\$ 121.367	Janeiro de 2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
d.3	Enel BR III	R\$ 80.841	Janeiro de 2022	CDI +1,48%	Bullet	Bullet	maio de 2022	Reforço de capital de giro
d.4	Enel BR IV	R\$ 353.957	Março de 2022	CDI +1,20%	Bullet	Bullet	junho de 2022	Reforço de capital de giro

14.2.3 Composição do principal e custos a amortizar por indexador:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	352.681	11%	330.728	13%
TJLP	18.730	1%	31.532	1%
Taxa fixa	274.875	9%	277.925	11%
Moeda estrangeira				
Dólar	2.406.888	79%	1.900.185	75%
Total	3.053.174	100%	2.540.370	100%

14.2.4 Saldos do passivo não circulante por vencimento:

Prazo	Empréstimos e financiamentos	Custos a amortizar	Total
2024	1.147.428	(31)	1.147.397
2025	660.066	(31)	660.035
2026	342.722	(31)	342.691
2027	52.177	(31)	52.146
2028 em diante	465.799	(299)	465.500
	2.668.192	(423)	2.667.769

14.2.5 Indexadores:

Indexador	31.12.2022
	%
CDI (*)	13,65
SELIC (*)	13,65
TJLP (*)	7,37
IPCA (**)	5,79
Dólar (*)	5,22

(*) Índice do último dia do exercício.

(**) Índice acumulado no ano de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14.2.6 Movimentações:

Empréstimos e financiamentos	Saldo inicial 31.12.2021	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final 31.12.2022
		Atividade de financiamento			Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movi- mentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros							
FINEP	31.532	-	(14.664)	(1.353)	128	1.331	-	-	-	1.756	18.730
BNP II	246.942	-	-	(3.942)	-	3.940	-	(16.052)	-	-	230.888
BNP 4131 III	468.547	-	-	(8.326)	-	8.578	-	(30.713)	-	-	438.086
SCOTIABANK 4131 II	220.681	-	-	(4.793)	-	4.759	-	(14.312)	-	-	206.335
BNP 4131 IV	277.925	-	-	(24.728)	-	24.728	(3.050)	-	-	-	274.875
SCOTIABANK 4131 III	313.580	-	-	(7.549)	-	7.572	-	(20.451)	-	-	293.152
MUFG 4131	217.146	-	-	(3.949)	-	4.021	-	(14.117)	-	-	203.101
SCOTIABANK 4131 IV	433.289	-	-	(9.523)	-	9.517	-	(28.163)	-	-	405.120
European Investment Bank (BEI) 26 MUSD	-	134.654	-	1	-	1.747	(10.097)	974	-	-	127.279
European Investment Bank (BEI) 104 MUSD	-	538.616	-	-	-	6.706	(45.875)	3.903	7	(431)	502.927
Total - Empréstimos e financiamentos	2.209.642	673.270	(14.664)	(64.161)	128	72.899	(59.022)	(118.931)	7	1.325	2.700.493
Empréstimos com partes relacionadas											
Enel BR I	-	101.160	(101.160)	(4.171)	-	4.171	-	-	-	-	-
Enel BR II	-	121.367	(121.367)	(4.851)	-	4.851	-	-	-	-	-
Enel BR III	-	80.841	(80.841)	(2.721)	-	2.721	-	-	-	-	-
Enel BR IV	-	353.957	(353.957)	(10.748)	-	10.748	-	-	-	-	-
Total - Empréstimos com partes relacionadas	-	657.325	(657.325)	(22.491)	-	22.491	-	-	-	-	-
Notas Promissórias											
Notas Promissórias - 7ª Emissão (1ª série)	10.197	-	(10.000)	(490)	-	293	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (2ª série)	10.197	-	(10.000)	(1.209)	-	1.012	-	-	-	-	-
Notas Promissórias - 7ª Emissão (3ª série)	310.335	-	-	-	-	41.871	-	-	601	(126)	352.681
Total - Notas Promissórias	330.729	-	(20.000)	(1.699)	-	43.176	-	-	601	(126)	352.681
Total da dívida	2.540.371	1.330.595	(691.989)	(88.351)	128	138.566	(59.022)	(118.931)	608	1.199	3.053.174

14.2.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido ^(*) em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado ^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

^(*) Endividamento líquido: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

^(**) LAJIDA (*EBITDA*) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14.3 Debêntures

14.3.1 As principais características das debêntures estão descritas a seguir:

				31.12.2022							
Debêntures	Ref.	Venci-mento	Taxa efetiva a.a (%)	Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
				Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	b.1	2023	112,85% CDI	30.135	697.974	(747)	727.362	-	-	-	727.362
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	b.2	2025	100% CDI + 1,16%	12.187	-	-	12.187	700.000	(4.471)	695.529	707.716
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (i)	b.2	2026	100% IPCA + 5,05%	4.955	-	-	4.955	932.877	(11.640)	921.237	926.192
Debêntures - 25ª Emissão (i)	b.3	2031	100% IPCA + 4,26%	7.062	-	-	7.062	746.975	(23.505)	723.470	730.532
Debêntures - 26ª Emissão	b.4	2028	100% CDI + 1,64%	20.088	-	-	20.088	575.000	(796)	574.204	594.292
Debêntures - 27ª Emissão (i)	a.1	2032	100% CDI + 0,82%	10.008	-	-	10.008	829.945	(25.479)	804.466	814.474
Total				84.435	697.974	(747)	781.662	3.784.797	(65.891)	3.718.906	4.500.568

				31.12.2021							
Debêntures	Venci-mento	Taxa efetiva a.a (%)		Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
				Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	2023	112,85% CDI		32.965	697.975	(1.766)	729.174	697.973	(746)	697.227	1.426.401
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	2025	100% CDI+1,16%		8.150	-	-	8.150	700.000	(6.634)	693.366	701.516
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	2026	100% IPCA+5,05%		4.840	-	-	4.840	903.243	(14.559)	888.684	893.524
Debêntures - 25ª Emissão	2031	100% IPCA+4,26%		6.817	-	-	6.817	749.058	(26.325)	722.733	729.550
Debêntures - 26ª Emissão	2028	100% CDI+1,64%		12.622	-	(121)	12.501	575.000	(706)	574.294	586.795
Total				65.394	697.975	(1.887)	761.482	3.625.274	(48.970)	3.576.304	4.337.786

Os contratos 24ª emissão de debêntures 2ª série, 25ª emissão e 27ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A.

14.3.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

a) Debêntures obtidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do Ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento Juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a. 1	DEBÊNTURES 27ª EMISSÃO não conversível	R\$ 800.000	12/05/2022	CDI + 0,82%	Semestral	266.666 266.666 266.667	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

a.1 Em 05 de abril de 2022 a Companhia fechou a proposta da 27ª emissão de debêntures simples, em série única, não conversíveis, para distribuição pública com esforços restritos, no montante de 800.000, com desembolso em 12 de maio de 2022, a uma taxa de IPCA + 6,1385% a.a. e vencimento em 15 de abril de 2032. Na mesma data, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia à exposição em índice de preço, foi contratado um SWAP com troca de IPCA + 6,1385% a.a. para CDI + 0,82% a.a. O swap tem vigência com início em 12 de maio de 2022 e vencimento em 15 de abril de 2032.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	23ª EMISSÃO (2ª série) não conversível	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974 697.974	setembro 2023	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.
b.2	24ª Emissão (1ª Série) não conversível	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	350.000 350.000	maio de 2024 maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de Energia Elétrica.
	24ª Emissão (2ª Série) não conversível	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	800.000	maio de 2026	
b.3	DEBÊNTURES 25ª EMISSÃO não conversível	R\$ 720.000	Abril de 2021	IPCA + 4,26%	Semestral	245.060 245.059 240.048	abril de 2029 abril de 2030 abril de 2031	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
b.4	DEBÊNTURES 26ª EMISSÃO não conversível	R\$ 575.000	Outubro de 2021	CDI + 1,64%	Anual	287.500 287.500	outubro 2027 outubro de 2028	Reforço de capital de giro

c) Obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Ref.	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamento juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
n/a	23ª EMISSÃO (2ª série) não conversível	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	697.974 697.974	setembro 2022	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas.

14.3.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional				
CDI	2.029.370	45%	2.714.712	63%
IPCA	2.471.198	55%	1.623.074	37%
Total	4.500.568	100%	4.337.786	100%

13.3.4 Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

Prazo	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2024	350.000	(14.454)	335.546
2025	350.000	(12.574)	337.426
2026	932.877	(8.365)	924.512
2027	287.500	(6.427)	281.073
2028 em diante	1.864.420	(24.071)	1.840.349
	3.784.797	(65.891)	3.718.906

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13.3.5 Movimentações das debêntures:

	Efeito caixa			Efeito não caixa						Saldo final 31.12.2022	
	Saldo inicial 31.12.2021	Atividade de financiamento		Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Custos de transações		
		Ingressos	Pagamentos principal								Pagamento de encargos financeiros
Debêntures - 23ª emissão	1.426.401	(697.974)	(158.888)	-	156.037	-	-	1.766	-	727.362	
Debêntures - 24ª emissão 1ª série	701.516	-	(85.801)	-	89.838	-	-	2.163	-	707.716	
Debêntures - 24ª emissão 2ª série (i)	893.523	-	(38.996)	52.418	39.112	(22.784)	-	2.919	-	926.192	
Debêntures - 25ª emissão (i)	729.550	-	(33.877)	43.283	34.121	(45.366)	-	2.821	-	730.532	
Debêntures - 26ª Emissão	586.795	-	(71.307)	-	78.775	-	-	135	(106)	594.292	
Debêntures - 27ª Emissão (i)	-	800.000	-	(20.895)	30.873	20.883	-	1.592	(27.071)	814.474	
Total	4.337.785	800.000	(697.974)	(409.714)	104.763	428.756	(47.267)	-	11.396	(27.177)	4.500.568

15. Obrigações com benefícios pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de mortalidade, aumentos salariais e de benefícios de aposentadorias e pensões futuros.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país e se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Vivest testa anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Previdência privada</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	13.812.391	14.584.749
Valor justo dos ativos do plano	(7.506.689)	(8.015.617)
Obrigação registrada com previdência privada	6.305.702	6.569.132
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	98.008	97.374
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	98.008	97.374
 Total obrigações com benefícios pós-emprego	 6.403.710	 6.666.506
 Circulante	 8.235	 11.834
Não circulante	6.395.475	6.654.672
Total	6.403.710	6.666.506

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensas as contribuições e os pagamentos de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a PREVIC não havia concluído a sua avaliação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.12.2022	31.12.2021
Confissão de dívida IIa	391.330	417.394
Confissão de dívida IIb	203.126	216.654
Contrato de ajustes de reserva matemática	5.695.931	4.255.627
Total dos contratos	6.290.387	4.889.675
Diferença entre premissas	15.315	1.679.459
Total registrado	6.305.702	6.569.134

15.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

15.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações com benefícios pós-emprego		
Valor presente das obrigações atuariais	13.910.399	14.682.123
Valor justo dos ativos do plano	(7.506.689)	(8.015.617)
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego	6.403.710	6.666.506

b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	14.682.123	14.575.895
Custo dos serviços correntes	5.928	7.088
Custo dos juros	1.324.518	1.010.123
Benefícios pagos pelo plano	(1.548.925)	(1.335.271)
Ganho (perda) atuarial	(553.245)	424.288
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	13.910.399	14.682.123

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	31.12.2022	31.12.2021
Valor dos ativos do plano no início do exercício	8.015.617	7.878.743
Retorno esperado dos ativos do plano	730.587	541.392
Contribuições do empregador	958.672	744.100
Benefícios pagos	(1.548.925)	(1.335.271)
Ganho (perda) atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(649.262)	156.607
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.506.689	8.015.617

d) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	6.666.506	6.697.152
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	5.928	7.091
Juros líquidos conforme laudo atuarial	593.951	468.730
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(958.691)	(744.100)
Transferência para dívida financeira	-	(30.046)
Ajustes de avaliação atuarial	96.016	267.679
Saldo final	6.403.710	6.666.506

e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	31.12.2022	31.12.2021
Capitalização para infraestrutura em construção	1.469	1.852
Outras contribuições - Contribuição definida	(8.659)	(8.488)
Despesas no exercício com entidade de previdência privada	(7.190)	(6.636)
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(5.928)	(7.091)
Despesas no exercício com benefícios pós-emprego	(13.118)	(13.727)
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(1.324.538)	(1.010.123)
Rendimento esperado dos ativos do plano	730.587	541.392
Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial	(593.951)	(468.731)
Total das despesas nos exercícios	(607.069)	(482.458)

f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	(7.112.194)	(6.844.514)
Ganho (perda) atuarial gerado pela premissa demográfica	-	(1.283.074)
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	553.245	3.086.740
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	-	(2.227.953)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	(649.262)	156.607
Saldo no final do período	(7.208.211)	(7.112.194)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	Segmento	Distribuição dos investimentos	Distribuição dos investimentos	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
		31.12.2022	31.12.2021	
Renda fixa	Renda fixa	80,00%	71,86%	até 100%
Renda variável	Renda variável	13,57%	11,20%	até 70%
Imóveis	Imóveis	1,77%	2,18%	até 20%
Outros	Outros	4,66%	14,76%	até 20%
Total	Total	100,00%	100,00%	

h) Premissas atuariais utilizadas:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	10,40%	10,40%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	10,40%	N/A
Taxa de crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, AT-49 Masculina agravada em 10%	Mercer Disability segregada por sexo, N/A
Tábua de mortalidade de inválidos		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Plano BD	Plano FGTS
Taxa de desconto	9,46%	9,46%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,46%	9,46%
Taxa de crescimento salarial	N/A	4,52%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Masculina suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca suavizada em 30%	Light fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Marculino agravada em 10%	N/A

i) Estimativa da despesa para o exercício de 2023:

	31.12.2023
Custo dos serviços correntes - FGTS	5.703
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego - BD e FGTS	1.372.818
Rendimento esperado dos ativos do plano - BD	(759.191)
Total da despesa projetada	619.330

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	FGTS		Plano de pensão	
Obrigações atuariais em 31 de Dezembro de 2022	98.008		13.812.413	
Taxa de desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(3.322)	3.524	539.987	(502.937)
Total da obrigação do benefício definido	94.686	101.532	14.352.399	13.309.476

k) Outras informações sobre as obrigações atuariais

Em 31 de dezembro de 2022, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 118.900 e R\$ 13.623.513, respectivamente.

Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2023 é de R\$ 993.275.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 7,5 anos (7,9 anos em 31 de dezembro de 2021).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

1 ano	1.406.821
Entre 2 e 5 anos	5.295.902
Próximos 5 anos	5.717.480
Total de pagamentos esperados do plano	12.420.203

16. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

16.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificadas como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo						Ativo	
	Saldo inicial 31.12.2021	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2022	Depósitos vinculados 31.12.2022	Depósitos vinculados 31.12.2021
Processos trabalhistas (a)	303.668	46.907	24.447	(48.906)	(5.892)	320.224	102.724	116.401
Processos cíveis (b)	257.315	101.697	48.529	(48.582)	(44.111)	314.848	13.886	10.709
Processos regulatórios (c)	131.168	-	9.822	-	(19.156)	121.834	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (c.1)	159.535	-	14.695	(976)	-	173.254	184.532	168.758
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (c.2)	176.245	18.310	17.036	-	-	211.591	-	-
Outros processos fiscais (c.3)	4.410	303	245	(232)	(1)	4.725	762	715
Processos ambientais (e)	5.126	1.761	290	(1.761)	-	5.416	-	-
Outros processos	8.751	-	24	-	-	8.775	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	1.046.218	168.978	115.088	(100.457)	(69.160)	1.160.667	301.904	296.583
Outras provisões (f)	34.417	-	-	(19.298)	-	15.119		
Total	1.080.635	168.978	115.088	(119.755)	(69.160)	1.175.786		
Circulante	186.090					186.069		
Não circulante	894.545					989.717		
Total	1.080.635					1.175.786		

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final	Depósitos vinculados 31.12.2021	Depósitos vinculados 31.12.2020
	31.12.2020							
Processos trabalhistas	325.989	39.456	20.535	(66.348)	(15.964)	303.668	116.401	139.049
Processos cíveis	241.378	79.479	39.260	(58.521)	(44.281)	257.315	10.709	7.352
Processos regulatórios	129.612	-	5.459	-	(3.903)	131.168	-	-
Processos fiscais								
PIS/COFINS sobre receitas	145.211	1.634	12.690	-	-	159.535	168.758	152.741
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	71.328	88.680	16.237	-	-	176.245	-	-
Outros processos fiscais	3.990	258	317	(88)	(67)	4.410	715	561
Processos ambientais	4.721	2.242	405	(2.242)	-	5.126	-	-
Outros processos	8.744	272	7	(272)	-	8.751	-	-
Subtotal - Processos judiciais e administrativos	930.973	212.021	94.910	(127.471)	(64.215)	1.046.218	296.583	299.703
Outras provisões	-	92.290	-	(57.873)	-	34.417		
Total	930.973	304.311	94.910	(185.344)	(64.215)	1.080.635		
Circulante	168.917					186.090		
Não circulante	762.056					894.545		
Total	930.973					1.080.635		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 1188 processos (842 em 31 de dezembro de 2021), compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (9 em 31 de dezembro de 2021) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 no âmbito judicial e 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL.

c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 04/05/2020	20.200	10.071
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Exigibilidade Suspensa por liminar em 30/09/2020	15.446	7.360
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	31.013	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.994	34.472
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Decisão em primeira instância desfavorável em 08/10/2021	19.509	56.004
Total				90.162	107.907

AI nº 0015/TN170 - Ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de fiscalização que constatou que os registros contábeis da Companhia estariam em desacordo com o manual da ANEEL, na medida em que ao inserir na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD") os créditos contra o Poder Público vencidos e não pagos, a Companhia teria descumprido norma regulatória contida no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Decisões desfavoráveis em primeira e segunda instâncias, com manutenção de decisão liminar suspendendo os efeitos da decisão até decisão final a ser proferida no processo. Em 03 de maio de 2022 foi proferida decisão pelo Superior Tribunal de Justiça negando provimento ao Recurso Especial. Em 24 de maio de 2022 a Companhia apresentou recurso contra a decisão. Em 23 de setembro de 2022 nosso recurso (Agravos Internos) foi rejeitado. Em 13 de novembro de 2022 foi negado seguimento ao nosso Agravo em Recurso Extraordinário. Em 22 de novembro de 2022 apresentamos Agravo Interno que está pendente de julgamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

O montante de R\$ 107.907 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria	Maio de 2022	encerrado	-
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação noproceto de Nível de Tensão 2009 a 2010	Aguardando decisão	3.581	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto curcuito de longa duração	Aguardando decisão	13.476	2.718
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes	Aguardando decisão	12.852	3.079
nº 0012/2022	Julho de 2022	Qualidade do Fornecimento DEC e FEC 2021	Protocolado interposição de recurso	-	63.012
				Outros	1.763
				Total	31.672
					68.809

Em cumprimento ao Despacho nº 1.253, de 10 de maio de 2022, a Companhia no dia 06 de junho de 2022, realizou o pagamento da multa no valor total de R\$19.156 com as devidas atualizações financeiras, decorrente do Auto de Infração nº 1008/2018/SFE. Em 24 de junho de 2022, a ANEEL, por meio do Termo de Encerramento (TE nº: 0026/2022-SFE) registrou o encerramento do processo administrativo punitivo em razão do recolhimento da multa.

Auto de Infração - AI nº 12/2022 - Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu AI sobre qualidade do fornecimento DEC e FEC 2021 com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica, com a aplicação de multa no valor de R\$ 95.872. Entretanto, no dia 3 de agosto de 2022 foi apresentado interposição de recurso, e aguarda manifestação da ANEEL. Para o referido AI, nenhum montante foi provisionado.

O montante de R\$ 68.809 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Processos fiscais:

d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A Companhia discutia judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia depositou em juízo, mensalmente, os valores em discussão até setembro de 2021 (competência julho de 2021), momento em que, apresentou em juízo manifestação com o pedido de desistência da ação e conversão em renda dos depósitos em favor da União Federal. Em novembro de 2021, a desistência foi homologada e o juiz determinou que fossem apresentados os relatórios dos depósitos judiciais efetuados para possibilitar a conversão em renda. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aguarda a aprovação da conversão em renda dos valores depositados.

d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

d.3) Outros processos fiscais: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

e) Processos ambientais:

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

e.1) Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público e com a Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), parte integrante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Outras provisões

A Companhia realizou o reconhecimento da provisão para o fundo de transição, um plano que visa a aceleração da transformação energética através da digitalização, modernização e automação do seu modelo de negócio. Criando assim, valores sustentáveis e compartilhados.

Este processo de digitalização conduzirá a Companhia e seus colaboradores a novos modelos de trabalho e operação, bem como o desenvolvimento de novas competências, conhecimentos e maiores oportunidades de tornar seus processos ainda mais eficientes e eficazes.

A partir do exercício corrente a Companhia iniciou o processo de transição digital, de acordo com o plano de reestruturação aprovado e amplamente divulgado, este processo deve perdurar até o exercício a findar em 31 de dezembro de 2024, período pelo qual a provisão constituída será integralmente realizada.

16.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

Valor estimado da contingência		
	31.12.2022	31.12.2021
<u>Processos cíveis</u>	1.275.185	792.502
Processos cíveis diversos	1.275.185	792.502
(a.1) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
(a.2) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.3) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
(a.5) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
<u>Processos regulatórios</u>	1.943.660	1.794.861
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	1.358.173	1.287.962
(b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR)	201.366	190.117
(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade	114.577	101.123
(b.4) Ação Anulatória – AI 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	99.603	94.187
(b.5) Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	99.844	89.654
Outros processos regulatórios	70.097	31.818
<u>Processos fiscais</u>	3.970.604	3.609.819
(c.1) CSLL – base negativa	162.687	155.845
(c.2) Execuções fiscais municipais – diversas	107.325	96.004
(c.3) PIS – Estatuto da decadência	252.339	245.748
(c.4) COFINS – anistia	167.557	163.630
(c.5) COFINS – Multa de Ofício	70.786	70.786
(c.6) Autos de infração de ICMS – Estornos de débitos	205.400	193.886
(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	182.433	175.568
(c.8) PIS – Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	690.878	667.059
(c.9) FINSOCIAL	242.693	230.448
(c.10) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	172.298	162.568
(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	187.735	156.002
(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015	212.452	181.192
(c.13) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	78.060	71.397
(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos	277.589	252.169
(c.15) Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	48.092	43.228
(c.16) IRPJ/CSLL - Goodwill	772.666	692.614
(c.16) Outros processos fiscais	54.885	51.675
(c.17) Autos Multa isolada PIS/COFINS ICMS ST	84.729	-
<u>Processos trabalhistas</u>	815.109	948.584
(d.1) Ação Civil Pública – Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	-	139.733
(d.3) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	121.325	116.665
(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais	61.812	65.116
(d.5) Contribuição Previdenciária – SAT	49.892	11.381
Outros processos trabalhistas	582.080	615.689

a) Processos cíveis: A Companhia está envolvida em processos cíveis de naturezas diversas, conforme relacionado na nota explicativa nº 19.1.(a). O aumento dos processos cíveis classificados como possível refere-se, substancialmente, a processos de natureza indenizatória anteriormente já classificados com expectativa de perda possível. Para esses processos o valor estimado foi revisado devido a perícias realizadas, justificando o referido aumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a.1) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

(a.2) Ação civil pública Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000. Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Em 02 de janeiro de 2021 foi publicada decisão determinando a suspensão do recurso especial da Companhia, em razão de ter sido somente tratado os requisitos para a indenização em dobro, e o tema ter sido designado como repetitivo pelo STJ (RESp 1.585.736/RS). Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(a.3) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(a.4) Uso da faixa de domínio de rodovias: A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

(a.5) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília. Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019. Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(b) Processos regulatórios:

(b.1) Devolução tarifária – Base blindada: Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuasse a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória.

(b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR): Em agosto de 2015 foi ajuizada pela Companhia Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em julho de 2017. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.

(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade e AI nº 1008/2018: Vide nota explicativa 16.1 (c.1 e c.2).

(b.4) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela Companhia em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2019.

(b.5) Autuações PECLD – Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1ª instância ocorrida em fevereiro de 2002. Em 26 de maio de 2022, o Recurso Especial interposto pela ANEEL foi desprovido. Em 23 de agosto de 2022, a ANEEL entrou com Agravo Interno. Em 04 de novembro de 2022 o STJ negou provimento ao Agravo Interno da ANEEL. Atualmente aguarda-se decurso do prazo recursal da ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Processos fiscais (possíveis):

(c.1) CSLL – base negativa: A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.

(c.2) Execuções fiscais municipais – diversas: A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros. No 3º trimestre de 2022, a Companhia obteve decisão final reduzindo o valor do débito em R\$ 40.000 em uma execução fiscal que discutia ISS no Município de São Bernardo do Campo. Também recebeu duas novas execuções fiscais ajuizadas pelo Município de Cubatão para cobrança de IPTU que envolvem o valor total de R\$ 33.682.

(c.3) PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.

(c.4) COFINS – anistia: A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.

(c.5) COFINS – Multa de ofício: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que não foram acolhidos em acórdão publicado em março de 2021. A Companhia recorreu aos Tribunais Superiores. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c.6) Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.

(c.8) PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988: Trata-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela Companhia. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.

(c.9) FINSOCIAL: Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.

(c.10) PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. Em dezembro de 2022 a Companhia recebeu novo auto sobre o tema no valor de R\$ 20.625.

(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015: Tratam-se de 28 Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em agosto de 2021, o Município de São Paulo distribuiu 26 Execuções Fiscais, que foram devidamente garantidas e foram opostos os Embargos à Execução, que aguardam os respectivos julgamentos. No que se referem aos 2 Autos de Infração ainda não ajuizados, para obtenção da certidão de regularidade fiscal, a Companhia distribuiu ação declaratória de antecipação de garantia com oferecimento de seguro garantia.

(c.13) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Trata-se de processos administrativos oriundos da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso "PIS Compensações – Créditos remanescentes"). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e apresentou sua defesa, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso voluntário que aguarda julgamento.

(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a Companhia recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.

(c.15) Débitos de IUEE: Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e foi parcialmente acolhido o recurso para determinar que sejam liberados os valores bloqueados judicialmente. A Companhia apresentou seguro garantia, a fim de garantir o valor exigido e apresentou nova impugnação. O valor bloqueado de R\$ 41.191 foi liberado em outubro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c.16) Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill: A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento.

(c.17) Autos Multa Isolada PIS/COFINS ICMS ST: Em outubro de 2022 a Companhia recebeu 99 autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) exigindo multa isolada em face da não homologação de compensações decorrentes dos processos que discutem créditos de PIS/COFINS ICMS ST. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa. O valor total desses autos perfaz o montante de R\$ 84.729. A Companhia apresentou as respectivas defesas que aguardam julgamento.

d) Processos trabalhistas:

(d.1) Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho e, em 11 de fevereiro de 2021, o processo foi julgado favoravelmente à Companhia. Em 02 de julho de 2021, o Ministério Público do Trabalho interpôs recurso junto ao Tribunal Superior do Trabalho e em 23 de novembro de 2021 o recurso do Ministério Público do Trabalho foi negado seguimento. Pendente de julgamento o Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a ação pela Companhia avaliam o risco como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d.2) Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Interposto Agravo Interno pelo Sindicato em 03 de setembro de 2021. O Tribunal Superior do Trabalho por unanimidade, em 24 de novembro de 2021, negou provimento ao recurso do Sindicato. Em 07 de abril de 2022 o processo transitou em julgado (decisão final), mantendo a decisão favorável à empresa.

(d.3) Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.

(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Das três ações, duas tiveram decisões desfavoráveis para Companhia e uma delas teve decisão parcialmente favorável para a Companhia, com a redução do débito, estando todas as ações pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, garantidas por depósito judicial.

(d.5) SAT: Ação anulatória ingressada pela Companhia, em 22 de outubro de 2018, decorrente de processo administrativo lavrado pela Receita Federal do Brasil pela não homologação das compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho ("SAT"), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho ("GIL-RAT"), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho ("LTCAT"). Em 12 de novembro de 2018 a Companhia teve decisão liminar parcialmente favorável para emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa ("CPEN") em favor da Companhia. Da decisão, foi interposto Agravo de Instrumento para suspensão da exigibilidade do crédito, bem como a liberação do seguro garantia apresentado nos autos. Considerando que as Cortes Judiciais Superiores (STJ e STF) ainda não firmaram posição sobre o tema, o prognóstico de perda do caso, que foi remoto durante a fase administrativa pela existência de precedentes favoráveis naquela esfera, foi alterado para possível.

17. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
<u>CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento	17.1	189.672	164.013
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	17.1	3.220	3.307
Ministério de Minas e Energia	17.1	1.610	1.653
Eficiência energética	17.1	305.240	278.526
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		46.385	46.385
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		2.629	2.362
Outros encargos		148	62
Total		548.904	496.308
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Pesquisa e desenvolvimento	17.1	103.519	102.319
Total		103.519	102.319

17.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

18. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a.

De acordo com o cronograma, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados, a Companhia efetuou o pagamento da 4ª parcela em junho de 2022, no montante de R\$ 394.640.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	354.801
Junho de 2024	2ª - Advogados	40.909	58.058
			412.859

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 09 de setembro de 2021.

A companhia possui dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Aguarda-se julgamento. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 28 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022 já contemplam a devolução parcial de tais valores. Dessa forma, foi incluído no processo de reajuste tarifário, vigente desde 4 de julho de 2022, o componente negativo de R\$ 1.625.000– mais informações vide nota explicativa nº 3.1. O total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 1.903.423.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2022 o total compensado de R\$ 2.544.227 (R\$ 1.239.236 em 31 de dezembro de 2021).

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	7	967.515	814.140
<u>Ativo não circulante</u>	7	4.019.996	5.117.610
Total Ativo		4.987.511	5.931.750
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		967.515	814.140
<u>Passivo não circulante</u>		4.629.959	6.326.144
Total Passivo		5.597.474	7.140.284
		31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional bruta			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(138)	(127.376)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	-	127.376
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		360.751	114.958
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(360.751)	(114.958)
Efeito líquido no resultado antes de IRCS		(138)	-

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31.12.2020	6.889.081	7.310.524
Adições	127.376	127.376
Atualização	56.803	56.803
Reversões	- 354.419	- 354.419
Compensações	(787.091)	-
Saldo em 31.12.2021	5.931.750	7.140.284
Adições	-	(138)
Atualização	360.751	360.751
Compensações	(1.304.990)	-
Devolução aos consumidores	-	(1.903.423)
Saldo em 31.12.2022	4.987.511	5.597.474

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

20.2 Composição acionária:

Acionista:

ENEL Brasil S.A.

Total das ações ordinárias em poder dos acionistas

31.12.2022		31.12.2021	
Ordinárias		Ordinárias	
Quantidade	%	Quantidade	%
197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
197.466.862	100,00	197.466.862	100,00

20.3 Reservas de capital:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Reserva especial - gerada por incorporações	8	2.267.884	2.267.883
Outras reservas de capital		546	547
Total		2.268.430	2.268.430

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 8.3.

20.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	2022	2021
Ajuste de avaliação patrimonial (Reavaliação regulatória)		1.218.606	1.404.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(414.327)	(477.539)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido		804.279	926.985
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(7.239.980)	(7.133.617)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		28.514	18.168
Outros resultados abrangentes - derivativo	31	(125.866)	(28.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	2.494.692	2.428.870
Outros resultados abrangentes, líquido		(4.842.640)	(4.714.864)
Total registrado no patrimônio líquido		(4.038.361)	(3.787.879)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20.5 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de "lucros (prejuízos) acumulados" para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra a destinação dos exercícios de 2020 e 2019 baseada no resultado societário:

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	1.411.641	1.141.433
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida	64.764	67.804
Lucro líquido ajustado	1.476.405	1.209.237
Juros sobre o capital próprio	(190.000)	(241.000)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	(207.601)	(97.459)
Proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	-	(870.778)
Reserva de reforço de capital de giro	(1.078.804)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal, pois o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 18 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 1.141.433 acrescido do ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 67.804 e tendo em vista que o saldo de reserva legal acrescido do montante da reserva de capital atingiu limite de 30% do capital social da Companhia, nenhuma parcela do lucro líquido será destinada à reserva legal, resultando em lucro líquido ajustado de R\$ 1.209.238, que será destinado da seguinte forma: (i) Juros sobre capital próprio - JSCP imputáveis ao dividendo obrigatório no montante de R\$ 241.000 (conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2021); (ii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 97.459; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 870.778; cujos montantes foram liquidados.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de até R\$ 190.000, cujo pagamento ocorreu em até 29 de novembro de 2022, sendo observados os limites estabelecidos no art.9º da Lei 9.249/95.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

21.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação – básico/diluído

Numerador:	2022	2021
Lucro líquido do exercício - Regulatório	829.055	673.669
Denominador (em milhares de ações):		
Número de ações ordinárias	197.469	197.469
Lucro básico por ação (em Reais - R\$)	4,19841	3,41149

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

O quadro a seguir demonstra o cálculo da média ponderada considerando as movimentações de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Não houve movimentação de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Exercício	Período de movimentação de ações	Quantidade de ações (em milhares)	Número de dias - %	Média ponderada de ações (em milhares)
2019	01/01/2019 a 19/12/2019	197.457	96%	189.559
	20/12/2019 a 31/12/2019	197.467	4%	7.899
			100%	197.458

A movimentação da quantidade de ações do exercício de 2019 refere-se ao (i) resgate compulsório das ações remanescentes realizado em 05 de dezembro de 2019 oriundo do processo da OPA (Oferta Pública de Aquisição de Ações) e (ii) emissão de novas ações com o aumento de capital, ocorrido em 20 de dezembro de 2019.

22. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 6.

22.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

22.3 Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

22.4 Aluguel de postes

Essa receita é originada dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. A receita está suportada pelo contrato de compartilhamento de infraestrutura, cujos montantes são reconhecidos conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e tarifa acordada entre as partes.

22.5 Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

22.6 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica "Repasse CDE – descontos na tarifa".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.7 Ativo e passivo financeiro setorial

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

22.8 Impostos sobre vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

22.1 A receita operacional bruta, conforme requerida pelo manual de contabilidade do setor elétrico, é como segue:

	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento - Faturado:						
Residencial	7.280.497	7.127.040	16.515.134	16.569.377	13.052.923	13.231.748
Industrial	24.845	24.875	2.033.949	2.168.855	1.374.262	1.566.314
Comercial	415.418	406.102	8.077.442	7.836.125	6.088.382	6.004.264
Rural	555	567	32.051	31.125	11.909	10.476
Poder público	15.573	15.630	1.073.504	972.673	707.241	646.337
Iluminação pública	2.609	2.478	391.427	785.714	188.245	362.320
Serviço público	1.393	1.346	387.308	387.729	219.108	249.356
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(11.029.617)	(9.691.847)
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	1.910.182	1.564.140	133.129	697.605
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado:						
Consumidores cativos	-	-	-	-	11.029.617	9.691.847
Consumidores Livres	3.166	2.821	12.617.866	12.132.391	2.635.266	2.079.030
Fornecimento/Uso da Rede Elétrica de Distribuição - Não Faturado					1.333.189	330.067
Constituição e Amortização - CVA ativa e passiva	-	-	-	-	(1.802.425)	1.316.962
Constituição e Amortização - RTP diferimento ou devolução	-	-	-	-	(4.589)	2.747
Constituição e Amortização - Demais ativos e passivos regulatórios	-	-	-	-	2.578.370	594.144
Serviços cobráveis	-	-	-	-	50.412	35.950
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	657.805	518.445
Outras receitas	-	-	-	-	199.685	262.991
Total	7.744.056	7.580.859	43.038.863	42.448.129	27.422.912	27.908.756

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Receita operacional líquida:

Nota	2022			2021		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Classe de consumidores:						
Residencial	7.280.497	16.515.134	13.052.923	7.127.040	16.569.377	13.231.748
Industrial	24.845	2.033.949	1.374.262	24.875	2.168.855	1.566.314
Comercial	415.418	8.077.442	6.088.382	406.102	7.836.125	6.004.264
Rural	555	32.051	11.909	567	31.125	10.476
Poder público	15.573	1.073.504	707.241	15.630	972.673	646.337
Iluminação pública	2.609	391.427	188.245	2.478	785.714	362.320
Serviço público	1.393	387.308	219.108	1.346	387.729	249.356
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(11.029.617)	-	-	(9.691.847)
Subtotal - fornecimento	7.740.890	28.510.815	10.612.453	7.578.038	28.751.598	12.378.968
Outras						
Não faturado	-	-	1.333.189	-	-	330.067
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	-	-	-	(127.376)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	-	-	-	127.376
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	3.166	12.617.866	2.635.266	2.821	12.132.391	2.079.030
Transferência para atividades de distribuição	-	-	11.029.618	-	-	9.691.847
Energia no curto prazo	-	1.910.182	103.901	-	1.564.140	307.131
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	29.228	-	-	390.474
Subvenção de recursos da CDE	23.2.1	-	657.805	-	-	511.306
Doações - bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	7.139
Ativo e passivo financeiro setorial	10	-	1.787.658	-	-	4.152.176
Passivo financeiro setorial - bandeiras tarifárias	-	-	(1.016.302)	-	-	(2.238.323)
Aluguel de poste	-	-	188.438	-	-	192.949
Receitas com partes relacionadas	-	-	1.365	-	-	60.243
Receitas com partes relacionadas	30.1	-	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	60.293	-	-	45.749
Receita operacional bruta	7.744.056	43.038.863	27.422.912	7.580.859	42.448.129	27.908.756
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(163.714)	-	-	(183.104)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(3.718.570)	-	-	(2.457.099)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(150.053)	-	-	(106.559)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(1.123.822)	-	-	(2.113.324)
Encargos bandeiras tarifárias	-	-	1.016.302	-	-	2.231.180
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(29.949)	-	-	(24.127)
ICMS	-	-	(4.471.233)	-	-	(4.556.367)
COFINS - corrente	-	-	(1.760.728)	-	-	(1.751.632)
PIS - corrente	-	-	(450.592)	-	-	(380.142)
ISS	-	-	(340)	-	-	(201)
Deduções da receita bruta	-	-	(10.852.699)	-	-	(9.341.375)
Receita operacional líquida	7.744.056	43.038.863	16.570.213	7.580.859	42.448.129	18.567.381

23. Custo do serviço de energia elétrica

Nota	MWh (*)		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda:				
Itaipu	7.535.542	7.764.866	(2.195.265)	(2.744.425)
ANGRA 1 e 2	1.168.078	1.479.077	(481.004)	(340.744)
Compra - CCEAR	19.436.987	17.530.637	(4.002.888)	(4.454.849)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	191.120	194.805	(44.556)	(40.790)
Quotas de garantia física	8.147.849	9.719.800	(1.211.896)	(1.120.550)
Risco hidrológico	-	-	(180.772)	(2.386.825)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	56.689	55.128
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	731.471	986.014
Subtotal	36.479.576	36.689.185	(7.328.221)	(10.047.041)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	684.807	733.478	(409.368)	(261.181)
Total	37.164.383	37.422.663	(7.737.589)	(10.308.222)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição:	Nota	2022	2021
Uso da rede básica		(1.867.101)	(1.607.458)
Uso da rede básica - partes relacionadas	27	(17.698)	(14.430)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(897.115)	(1.819.491)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo		-	18.189
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(209.538)	(223.772)
Recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER		-	229.223
Operador Nacional do Sistema - ONS		(34.273)	(29.263)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(13.227)	(12.226)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(103.417)	(99.086)
(-) Créditos de PIS/COFINS		290.669	329.112
Total		(2.851.700)	(3.229.202)

23.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

24. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

	Nota	2022		2021	
		MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Compra		93.410	8.137	-	-
Compra estimada		-	-	-	-
		93.410	8.137	-	-
		2022		2021	
		MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Venda		1.565.900	125.627	1.522.286	693.045
Venda estimada		344.282	7.502	41.854	4.560
	22	1.910.182	133.129	1.564.140	697.605

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Pessoal, administradores e previdência privada

	Nota	2022	2021
Pessoal:			
Remuneração		(236.007)	(235.011)
Encargos		(136.537)	(100.113)
Benefício Pós-emprego-Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		(6.846)	(6.636)
Efeito migração - plano benefício definido	15	-	-
Programa de demissão voluntária/Incentivo aposentadoria		(1.096)	(6.013)
Despesas rescisórias		(1.192)	(91.083)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		(83.976)	(80.878)
Assistência médica e odontológica		(102.007)	(106.197)
Auxílio alimentação e refeição		(75.485)	(79.951)
Educação e treinamento		(2.968)	(1.796)
Outros benefícios FGTS - PIA		(5.928)	(7.091)
Outros benefícios - Corrente		31.787	43.919
Outros		(1.970)	(1.430)
		-	-
Administradores:			
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)		(6.111)	(4.429)
Benefício dos administradores		(1.968)	(192)
Total		(630.304)	(676.901)

26. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	2021	2020
Tarifa bancária		(57.274)	(53.425)
Publicidade		(474)	255
Responsabilidade social		(640)	(69)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(23.965)	(30.603)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(10.797)	(9.067)
DIC/FIC/DMIC/DICRI	26.1	(85.718)	(81.734)
Penalidades - devoluções a consumidores		(14.410)	(6.744)
Rescisão contratual		(156)	(19.417)
Outros		(5.553)	(10.463)
Total		(198.987)	(211.267)

26.1 DIC, FIC, DMIC e DICRI - Indicadores que refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>			
Renda de aplicações financeiras		73.895	21.480
Multas sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	142.851	132.496
Atualização monetária e juros sobre contas de energia elétrica em atraso	27.1	77.740	140.853
Subvenções governamentais		1.756	2.555
Atualização de créditos tributários		6.061	1.882
Atualização monetária dos depósitos judiciais		71.497	29.977
Atualização monetária do ativo financeiro setorial	10	382.472	106.979
Variação monetária Swap - Debêntures		-	130.814
Ajuste ao valor de mercado Swap - Derivativos e Debêntures		127.172	152.824
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		-	2.486
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		10.579	(2.008)
Outras receitas financeiras		23.286	28.451
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(12.318)	(11.672)
Subtotal		904.990	737.117
<u>Despesas financeiras</u>			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(556.959)	(329.014)
Encargo de dívidas - partes relacionadas		(22.491)	-
Variação monetária - Debêntures		(104.763)	(144.639)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures		(113.696)	(186.148)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(293.201)	(54.410)
Juros Swap - Debêntures e empréstimos		-	-
Juros sobre obrigações de arrendamento		(27.800)	(4.291)
Subvenções governamentais		(1.756)	(2.555)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(18.353)	(8.461)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso	11	(5.905)	25.999
Cartas de fiança e seguros garantia		(39.040)	(38.564)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(134.342)	(86.906)
Atualização monetária - Energia livre	12	(8.095)	(2.741)
Atualização acordo Eletrobras	17	(68.587)	(43.394)
Custo dos juros (líquidos) do plano de pensão		(593.951)	(468.730)
Atualização monetária do passivo financeiro setorial	10	(88.811)	(28.953)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(3.432)	(4.193)
Outras despesas financeiras		(35.099)	(76.670)
Subtotal		(2.116.281)	(1.453.670)
<u>Variações cambiais, líquidas</u>			
Variações cambiais - Empréstimos		118.929	(124.524)
Variações cambiais - Swap Empréstimos		(123.816)	126.860
Outras variações cambiais		3.088	242
Subtotal		(1.799)	2.578
Total do resultado financeiro		(1.213.090)	(713.975)

27.1.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia, multa de 2% e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, de acordo com o requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico, está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.155.845	892.937
Adições (exclusões):		
Juros sobre capital próprio	(190.000)	(241.000)
Doações	2.018	1.255
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	2.296	249
Perdas indedutíveis no contas a receber	5.016	8.987
Multas indedutíveis	721	1.602
Despesas indedutíveis	2.015	3.740
Salário maternidade e paternidade	502	410
Outros	(17.265)	(23.269)
Total das adições (exclusões)	(194.697)	(248.026)
Base de cálculo	961.148	644.911
Imposto de renda e contribuição social calculados (alíquotas de 25% e 9%)	(326.790)	(219.268)
Imposto de renda e contribuição social no resultado regulatório	(326.790)	(219.268)
Alíquota efetiva	28,3%	24,6%

29. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

29.1.1 Controladora (Enel Brasil):

Natureza da transação e Parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		2022	2021	2022	2021
Enel Brasil					
COMISSÃO DE FIANÇA	Julho de 2019 a setembro de 2023	(931)	(1.335)	(2.514)	(5.545)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA	Agosto de 2027	(40.581)	(15.640)	-	-
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE GESTÃO	Março de 2025	(424.298)	(74.142)	-	-
MÚTUO	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	(22.491)	-
DIVIDENDOS	n/a	-	(576.116)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29.1.2 Empresas com controle comum:

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
		2022	2021	2022	2021
COMISSÃO (PROPAGANDA/PUBLICIDADE/VENDA EM FATURA DE ENERGIA)					
ENEL X Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	740	749	337	295
Contrato MVE (Venda de energia excedente)					
ENEL TRADING S.A	Dezembro de 2021	-	2.590	-	20.451
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EXPATRIADOS					
ENEL CHILE	Fevereiro de 2024	-	2.285	-	807
ENEL SPA		-	324	-	-
ENEL GLOBAL INFRASTRUCTURE AND NETWORKS S.R.L.		(1.388)	-	-	1.071
ENEL GLOBAL IN E NETWORK		(12.683)	(13.041)	(2.528)	(6.768)
ENEL CHILE S.A		3.006	(197)	918	(173)
COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS HUMANOS/ INFRAESTRUTURA					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	Agosto de 2027	6.347	6.462	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		(124)	(699)	-	-
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	750	-	-
ENEL FORTALEZA (*)		1.203	(1.290)	-	-
CELG DISTRIBUICAO S/A		-	3.541	-	-
ENEL X Brasil S.A.		310	-	-	-
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A		783	-	-	-
CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA		901	115	-	-
CIEI COMPANHIA DE INTERCONEXAO		-	1.270	-	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCGF					
ENEL GREEN POWER PARANAPANEMA S.A.	Resolução Homologatória nº 3068 da ANEEL	(321)	(321)	(3.757)	(2.664)
ENEL GREEN POWER MOURAO S.A.		(91)	(92)	(1.080)	(767)
ENEL GREEN POWER PROJETOS I S.A.		-	(2.470)	-	(21.075)
ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A		(2.748)	-	(31.152)	-
SUPRIMENTO DE ENERGIA - CCEAR					
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.	Até o final da concessão	(156)	(143)	(1.140)	(775)
ENEL GREEN POWER CACHOEIRA DOURADA S.A.		(85)	-	-	-
ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA I EÓLICA S.A.		-	-	-	(1.693)
ENEL GREEN POWER CRISTALÂNDIA II EÓLICA S.A. (II E III)		-	-	-	(1.571)
ENEL GREEN POWER DA FAZENDA S.A.		(104)	(96)	(763)	(519)
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.		(341)	(310)	(2.481)	-
ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.		(317)	(288)	(2.302)	-
ENEL GREEN POWER SALTO APIACAS S.A.		(257)	(236)	(1.881)	(1.278)
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO					
ENEL CIEI S.A.	Até o final da concessão	(1.357)	(1.302)	(17.698)	(10.664)
COMPRA E VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO					
COELCE CIA. ENERGÉTICA	N/A	9.977	-	-	-
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.		1.176	-	-	-
MÚTUO					
CELG DISTRIBUICAO S/A (**)	Despacho Nº 3.037/2018 da ANEEL	-	-	986	-
COMISSÃO DE FIANÇA					
ENEL SPA	Dezembro de 2022			(1.712)	

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Suprimento de energia – CCEAR, encargos do sistema de transmissão e MVE

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a Enel CIEN S.A. e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa no 12.

29.2 Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Nota	Passivo		Receita/Despesa	
			2022	2021	2022	2021
Plano de previdência	FUNCESP - Integrante do Conselho Deliberativo	16	6.305.702	6.569.132	(593.951)	-

29.3 Remuneração da alta administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	2022	2021
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	8.079	4.621
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	(230)	115
Total	7.849	4.736

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2022	31/10/2023	18.040.505	5.186.149
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2022	31/10/2023	N/A	104.946
-	Responsabilidade civil administradores	31/10/2022	31/10/2023	N/A	77.618
-	Riscos ambientais	31/10/2022	31/10/2023	N/A	103.723
-	Frota	14/08/2022	14/08/2023	N/A	1.000

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

31.1 Instrumentos financeiros

31.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		2022		2021		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.338.169	1.338.169	1.112.302	1.112.302	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	5	6.210	6.210	2.968	2.968	Ativos financeiros disponíveis para venda
Operação com derivativo - Cash flow hedge		-	-	46.092	46.092	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		112.428	112.428	79.024	79.024	Valor justo por meio do resultado
Consumidores, revendedores e outros	6	3.050.606	3.050.606	3.151.591	3.151.591	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	6	306.177	306.177	380.142	380.142	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	16	857.326	857.326	851.972	851.972	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro setorial	10	2.515.974	2.515.974	3.448.879	3.448.879	Empréstimos e recebíveis
Total		8.186.890	8.186.890	9.072.970	9.072.970	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	2.775.495	2.775.495	3.078.947	3.078.947	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	14	5.045.915	238.246	4.999.185	4.624.459	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures marcadas a mercado		2.746.073	-	1.900.999	1.941.882	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		251.976	251.976	49.246	49.246	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Contas a pagar - acordo Eletrobras	17	412.859	412.859	738.922	738.922	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		207.602	207.602	576.116	576.116	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	10	3.071.901	3.071.901	1.665.139	1.665.139	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		14.511.821	6.958.079	13.008.554	12.674.711	

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data do Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	800.000
BNP II	09/03/2021	11/03/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	250.000
Itáu	30/04/2021	15/04/2031	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	720.000
BNP III	19/04/2021	19/04/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	475.000
Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	209.000
BNP IV	30/06/2021	28/06/2024	<i>Fair value hedge</i>	Taxa fixa	CDI	290.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	300.000
MUFG	09/09/2021	09/09/2024	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	200.000
Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	400.000
Santander 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	600.000
Itáu 27 ^a	12/05/2022	15/04/2032	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	200.000
Itáu - (BEI) 26 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	134.654
Itáu - (BEI) 104 MUSD	17/08/2022	01/09/2037	<i>Fair value hedge</i>	Dólar	CDI	538.616
						5.117.270

A movimentação é como segue:

Derivativos	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	116.374
Recebimentos de principal	(96.173)
Provisão de encargos - juros	(65.754)
Recebimento de encargos - juros	24.995
Variação monetária	144.644
Variação cambial	126.860
Marcação a mercado no resultado	(186.148)
Marcação a mercado no PL	(24.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.433
Provisão de encargos - juros	(397.936)
Recebimento de encargos - juros	326.006
Variação monetária	104.733
Variação cambial	(118.938)
Marcação a mercado no resultado	(92.813)
Marcação a mercado no PL	(97.580)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(236.095)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2022 estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado Financeiro
Bradesco	103.470	180.366	-	(76.896)
BNP II	(39.361)	(29.674)	(9.687)	-
Itaú	(19.020)	83.214	-	(102.234)
BNP III	(70.440)	(50.071)	(20.369)	-
Scotiabank II	(22.207)	(6.305)	(15.902)	-
BNP IV	(17.638)	68	-	(17.706)
Scotiabank III	(54.291)	(21.792)	(32.499)	-
MUFG	(18.130)	(5.682)	(12.448)	-
Scotiabank IV	(47.551)	(12.590)	(34.961)	-
Santander 27 ^a	(10.693)	(2.791)	-	(7.902)
Itaú 27 ^a	(4.330)	(930)	-	(3.400)
Itaú - (BEI) 26 MUSD	(7.104)	(3.007)	-	-
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(28.800)	(11.961)	-	-
Total	(236.095)	118.845	(125.866)	(208.138)

As operações descritas acima se qualificam para hedge accounting e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2022.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Dívida - Posição em 31.12.2022	Taxa de juros contratual a.a.	Total	Categoria
Debentures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134%	926.193	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134%	(901.670)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200%	798.200	Fair value hedge
		822.723	
BNP II 4131	USD + 1,71%	230.888	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,71%	(220.065)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,75%	259.427	Cash flow hedge
		270.250	
Itaú			
Debentures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	730.532	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(719.406)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	738.425	Fair value hedge
		749.551	
BNP III 4131	USD + 1,97%	438.086	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,97%	(417.310)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,98%	487.750	Cash flow hedge
		508.526	
Scotiabank II	USD + 2,31%	206.334	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,31%	(189.112)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,25%	211.319	Cash flow hedge
		228.541	
BNP IV 4131	FIXO: 8,41% a.a	274.875	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO: 8,41% a.a	(271.475)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,68%	289.113	Fair value hedge
		292.513	
Scotiabank III	USD + 2,61%	293.152	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(265.141)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	319.432	Cash flow hedge
		347.443	
MUFG	USD + 1,95%	203.101	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,95%	(190.328)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,28%	208.458	Cash flow hedge
		221.231	
Scotiabank IV	USD + 2,37%	405.120	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,37%	(369.722)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,39%	417.272	Cash flow hedge
		452.670	
Santander			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	610.856	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(494.696)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	505.389	Fair value hedge
		621.549	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Itaú			
Debentures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	203.619	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(200.344)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,82%	204.674	Fair value hedge
		207.949	
Itaú - (BEI) 26 MUSD	USD + 3,76% a.a.	127.279	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	(121.433)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,10%	128.537	Fair value hedge
		134.383	
Itaú - (BEI) 104 MUSD	USD + 3,61% a.a.	503.350	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	(480.232)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	509.032	Fair value hedge
		532.150	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2022, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

31.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel SpA), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, compliance, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	Nota	2022
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	1.338.169
Investimentos de curto prazo	b.1.1	6.210
Depósitos judiciais e cauções	b.1.1	857.326
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	3.050.606
Contas a receber - acordos	b.1.2	306.177
Ativo financeiro setorial	b.1.3	2.515.974
Operação com derivativo	b.1.4	(236.095)
Total da exposição		7.838.367

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Caixa e equivalentes de Caixa e Investimentos de curto prazo	31.12.2022	31.12.2021
AAA	928.270	968.069
AA+	17.164	2.046
AA	188.971	-
Total	1.134.405	970.115
Instrumentos financeiros derivativos	31.12.2022	31.12.2021
AAA	236.095	(40.433)
Total	236.095	(40.433)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via “SMS”, e-mail e “URA” (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, disponibiliza o portal de negociação e aplicativo por celular para realização de negociações, além dos feirões físicos e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva (“*Predictive Analytics*”) possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

(b.1.3) Ativo financeiro setorial

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento. Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	3.053.174	2.209.642
Debêntures	4.500.568	4.668.514
Arrendamento financeiro	238.246	22.028
Operação com instrumento derivativo	(236.095)	(40.433)
Caixa e equivalentes de caixa	(1.338.169)	(1.112.302)
Investimentos de curto prazo	(6.210)	(2.968)
Dívida líquida	6.211.514	5.744.481
Patrimônio líquido	760.705	1.330.830
Dívida líquida / Patrimônio líquido	816,55%	431,65%

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2022, 15,69% era de curto prazo (12,4% em 31 de dezembro de 2021).

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 80.000.

A Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 3.037/2018, no valor de até R\$ 2.000.000.

A Companhia também possui limite de mútuo com as partes relacionadas CDSA e Enel CIEN aprovado pela ANEEL, por meio do despacho Nº 647/2021, no valor de até R\$ 500.000.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, obrigações por arrendamento, dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Posição em 31 de dezembro de 2022	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais que cinco anos
Fornecedores	2.775.495				
Empréstimos e financiamentos	1.060	27.871	76.415	2.373.971	694.457
Debêntures	-	50.565	1.425.405	2.899.317	2.347.761
Operações com instrumento derivativo	-	99.612	396.133	866.052	247.256
Obrigações por arrendamento	4.619	9.237	41.568	140.803	42.019
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	207.601	-	-
Total	2.781.174	187.285	2.147.122	6.280.143	3.331.493

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 98,85% da dívida total indexada a taxas variáveis (R\$ 7.700.637).

Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.12.2022	%	31.12.2021	%
CDB-DI	1.134.405	100%	970.115	100%
Total	1.134.405		970.115	

Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Taxa Fixa	89.200	1,15%	11.594	0,17%
TJLP	19.633	0,25%	34.192	0,50%
CDI	7.465.298	95,83%	6.768.499	98,99%
IPCA	215.706	2,77%	23.438	0,34%
Total	7.789.837		6.837.723	

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos Financeiros	31.12.2022	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI		6,83%	10,24%	13,65%	17,06%	20,48%
Equivalentes de caixa	1.128.195	77.056	115.527	153.999	192.470	231.054
Investimentos de curto prazo	6.210	424	636	848	1.059	1.272
IPCA		2,90%	4,34%	5,79%	7,24%	8,69%
Subtotal	1.134.405	77.480	116.163	154.847	193.529	232.326

Dívidas	31.12.2022	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	(727.364)	(40.119)	(59.213)	(77.720)	(95.675)	(113.112)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(707.715)	(52.840)	(75.395)	(97.319)	(118.648)	(139.414)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(594.291)	(49.123)	(67.982)	(86.314)	(104.148)	(121.512)
7ª emissão de Notas Promissórias	(352.682)	(8.948)	(12.683)	(16.314)	(19.845)	(23.284)
TJLP						
FINEP 2	(18.729)	(521)	(871)	(1.216)	(1.555)	(1.889)
Contrato de Swap						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(926.193)	(60.233)	(71.666)	(82.967)	(94.142)	(105.192)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	901.670	57.911	68.902	79.768	90.512	101.136
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(798.200)	(58.584)	(83.861)	(108.431)	(132.335)	(155.607)
BNP 4131 II	(230.888)	137.298	46.799	(19.290)	(71.655)	(115.169)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	220.065	(130.862)	(44.606)	18.386	68.296	109.771
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(259.427)	(19.118)	(27.334)	(35.320)	(43.089)	(50.653)
BNP III 4131	(438.086)	259.445	87.697	(37.727)	(137.106)	(219.687)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	417.310	(247.141)	(83.538)	35.938	130.603	209.268
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(487.750)	(37.064)	(52.513)	(67.530)	(82.140)	(96.364)
Scotiabank II 4131	(206.334)	121.560	40.647	(18.443)	(65.262)	(104.167)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	189.112	(111.414)	(37.254)	16.903	59.814	95.473
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(211.319)	(16.626)	(23.321)	(29.828)	(36.159)	(42.323)
BNP IV 4131	(274.875)	(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	271.475	21.996	21.996	21.996	21.996	21.996
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	(289.113)	(21.104)	(30.259)	(39.158)	(47.816)	(56.245)
Debêntures - 25ª Emissão	(730.532)	(50.224)	(59.418)	(68.506)	(77.493)	(86.379)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	719.406	47.917	56.689	65.360	73.934	82.412
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(738.425)	(55.744)	(79.133)	(101.867)	(123.984)	(145.518)
Scotiabank III 4131	(293.152)	171.892	56.905	(27.067)	(93.602)	(148.891)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	265.141	(155.467)	(51.468)	24.481	84.659	134.665
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(319.432)	(26.337)	(36.460)	(46.300)	(55.873)	(65.193)
MUFG 4131	(203.101)	120.101	40.471	(17.681)	(63.758)	(102.046)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	190.328	(112.548)	(37.926)	16.569	59.748	95.629
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(208.458)	(16.463)	(23.067)	(29.487)	(35.733)	(41.813)
Scotiabank IV 4131	(405.120)	238.448	79.574	(36.450)	(128.380)	(204.771)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	369.722	(217.613)	(72.621)	33.265	117.162	186.879
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(417.272)	(33.410)	(46.631)	(59.483)	(71.986)	(84.158)
Debêntures - 27ª Emissão	(814.474)	(71.040)	(81.297)	(91.436)	(101.461)	(111.375)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	200.344	16.944	19.391	21.809	24.200	26.565
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(204.674)	(15.226)	(21.709)	(28.009)	(34.139)	(40.107)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	494.696	41.840	47.880	53.852	59.756	65.595
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(505.389)	(37.598)	(53.604)	(69.162)	(84.298)	(99.034)
Itaú - (BEI) 26 MUSD	(127.279)	73.272	23.301	(13.192)	(42.107)	(66.134)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	121.433	(69.907)	(22.231)	12.586	40.173	63.097
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(128.537)	(8.519)	(12.587)	(16.542)	(20.389)	(24.134)
Itaú - (BEI) 104 MUSD	(502.928)	290.475	92.879	(51.422)	(165.757)	(260.767)
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	480.232	(277.134)	(88.614)	49.060	158.144	248.790
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	(509.032)	(32.765)	(48.873)	(64.530)	(79.763)	(94.593)
Subtotal	(7.789.837)	(456.864)	(745.275)	(1.011.009)	(1.261.572)	(1.500.526)
Total da exposição líquida	771.463	21.121.477	31.622.180	42.145.560	52.684.110	63.234.383

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de swap. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2022 (em reais).

Passivos em moeda estrangeira	31.12.2022
Empréstimos e financiamento	2.406.888
Exposição patrimonial	2.406.888
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(2.253.343)
Exposição cambial total	153.545

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

	31.12.2022	
Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.12.2022
Fornecedores (Itaipu)	34.115	177.979
Passivo líquido exposto	34.115	177.979

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço de regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(b.4.3.1) Revisão e Reajuste Tarifário – conforme requerido pelo manual de contabilidade do setor elétrico

a) Revisão Tarifária Periódica

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão de cada distribuidora (de 4 em 4 anos no caso da Companhia), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A última Revisão Tarifária Periódica da Companhia ocorreu em 2019 e a próxima está prevista para ocorrer em 2023.

Destaca-se que nos Reajustes Tarifários Anuais a Parcela B (custos gerenciáveis) da receita é atualizada monetariamente pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado pelo Fator X. Já na Revisão Tarifária Periódica é definida uma nova Parcela B, com o objetivo de se definir a cobertura tarifária para os custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência. Adicionalmente, é definida a componente de produtividade do referido Fator X, de modo a se compartilhar com o consumidor os ganhos de produtividade obtidos no período analisado.

A metodologia de Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica está descrita no Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

b) Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração regulatória (BRR) no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (i) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações monetárias;
- (ii) As adições de ativos imobilizados em serviço entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (iii) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases dos CRTP – base incremental (item b);
- (iv) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (v) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M (ou IPCA para processos de RTP posteriores a dez/2015), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume os valores da Base de Remuneração Regulatória da Companhia, bem como destaca os valores da quota de reintegração e da remuneração de capital. Estes valores referem-se ao último processo de revisão tarifária periódica da Companhia (julho de 2019).

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.354.017
(2) Índice de Aproveitamento Integral	140.245
(3) Obrigações Especiais Bruta	3.189.140
(4) Bens Totalmente Depreciados	7.171.017
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	15.853.615
(6) Depreciação Acumulada	16.445.188
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	9.908.828
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	46.814
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	9.862.015
(10) Almoxarifado em Operação	27.507
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.934.331
(13) Terrenos e Servidões	618.607
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	8.573.798
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	61.996
(17) Taxa de Depreciação	3,84%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	456.671
(19) WACC real antes de impostos	12,26%
(20) Taxa RGR PLPT	0,73%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,88%
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*19	1.045.332

c) Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI da última revisão tarifária, ocorrida em 2019:

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.352.104
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	608.447
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	162.253
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	581.405
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	68.500
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	33.125
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	145.339
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	246.964

d) Revisão Tarifária de 2019

O Reajuste Tarifário Anual, que ocorre entre as Revisões Tarifárias Periódicas, é feito com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A) as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M ajustado pela aplicação do Fator X.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.568, de 02 de julho de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de revisão tarifária de 2019, correspondendo a um efeito médio de +7,03% percebido pelos consumidores a partir de 4 de julho de 2019.

e) Resumo da revisão tarifária periódica de 2019

A revisão tarifária de 2019 da Companhia é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens que compõem a receita da concessionária, bem como a contribuição de cada um deles no processo de revisão tarifária e sua respectiva participação na receita:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Data de Referência Anterior - DRA (R\$ mil)	Data do Reajuste em Processamento - DRP (R\$ mil)	Impacto na Revisão Tarifária (%)	Part. Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	12.909.177	14.704.383	9,69%	69,98%
1.1. Encargos Setoriais	3.621.208	4.663.221	5,63%	22,19%
TFSEE	28.278	31.551	0,02%	0,15%
CDE	2.726.618	3.193.400	2,52%	15,20%
PROINFA	368.713	559.421	1,03%	2,66%
P&D (Eficiência Energética)	152.544	167.066	0,08%	0,80%
ONS	707	708	0,00%	0,00%
ESS/EER	344.349	711.075	1,98%	3,38%
1.2. Transmissão	1.784.294	2.159.823	2,03%	10,28%
Rede Básica	1.149.865	1.472.697	1,74%	7,01%
Rede Básica Fronteira	219.899	221.652	0,01%	1,05%
Itaipu	317.901	351.385	0,18%	1,67%
Conexão	84.485	101.243	0,09%	0,48%
CUSD	11.346	11.968	0,00%	0,06%
Outros	797	878	0,00%	0,00%
1.3. Compra de Energia	7.503.675	7.881.339	2,04%	37,51%
2. PARCELA B	5.610.495	6.306.752	3,76%	30,02%
3. Reposicionamento	18.519.672	21.011.135	13,45%	100%
4. Componentes Financeiros		(592.356)	-3,17%	
5. Reposicionamento com		20.418.779	10,28%	
6. Financeiros Retirados do			1,76%	
7. Efeito para Consumidor			12,04%	

(b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 14) exigidos por seus contratos.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS-D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia enveredou para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

A reconsideração quanto ao mérito da decisão do Despacho nº 2.508/20, foi julgado pela ANEEL, em 09 de agosto de 2022, conforme Despacho da Diretoria Geral nº 2.168, sem levar em consideração o reconhecimento da sobrecontratação involuntária decorrente da contratação compulsória de 96% do montante de reposição no Leilão n. A-1/2015.

Desta forma, em 24 de agosto de 2022, a Companhia entrou com pedido de reconsideração quanto à este mérito; até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras, o processo ainda está sob análise do relator.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O julgamento deste pedido de reconsideração é acerca do encerramento do ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto abaixo do limite de 105% equivalente a R\$ 92.639 (valor atualizado de R\$ 131.251 em 31 de dezembro de 2022) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

32. Informações complementares

32.1 Às demonstrações do fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

Não impacta caixa	2022	2021
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	94.483	16.319
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	1.304.990	787.090
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	-	10.528

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2022	2021
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	503.970	165.402
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	(5.905)	25.999
Pagamento de juros	498.065	191.401

32.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas na nota explicativas nº 14. Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

Saldo inicial 31.12.2021	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2022
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
576.116	870.778	190.000	207.601	(1.446.894)	(190.000)	207.601

Saldo inicial 31.12.2020	Efeito não caixa			Efeito caixa		Saldo final 31.12.2021
	Dividendos adicionais propostos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos	
60.834	930.960	241.000	97.459	(513.137)	(241.000)	576.116

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação aos dos juros sobre o capital próprio, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 161.500 para o seu acionista controlador Enel Brasil e R\$ 28.500 em imposto de renda, sendo apresentado o saldo bruto no fluxo de caixa (atividades de financiamento).

33. Investimentos e gastos em meio ambiente

A Companhia manteve em 2022 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001 e os programas e práticas que evidenciam a sua responsabilidade para com o meio ambiente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante dos investimentos foi no valor de R\$ 117.032, sendo R\$ 78.944 registrados no resultado do exercício e R\$ 38.088, destinados a investimento ao ativo imobilizado. Foram realizados licenciamentos e compensações ambientais, plantios compensatórios e manutenções, gestão de resíduos perigosos, gestão de equipamentos com óleo, estudos de áreas impactadas, prevenção a poluição, compensação de emissões (créditos de carbono), medições de ruído, adequações de caixas separadoras, projetos de eficiência energética e treinamentos.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 8.236.656 em 2023, R\$ 7.993.328 em 2024, R\$ 7.590.501 em 2025, R\$ 7.225.038 em 2026 e R\$ 95.252.794 após 2026.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que foram homologados pela ANEEL.

35. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do balanço patrimonial societário e regulatório

Ativo	Nota	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		1.338.169	-	1.338.169	1.112.302	-	1.112.302
Títulos e valores mobiliários		6.210	-	6.210	2.968	-	2.968
Consumidores, revendedores e outros	35.7	3.050.606	334.973	3.385.579	3.151.591	141.927	3.293.518
Contas a receber - Acordos	35.7	279.400	165.580	444.980	363.224	124.505	487.729
Instrumentos financeiros derivativos		68	-	68	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		-	-	-	57.434	-	57.434
Tributos e contribuições sociais compensáveis		1.205.941	-	1.205.941	989.823	-	989.823
Almoxarifado		82.759	-	82.759	24.319	-	24.319
Ativo financeiro setorial	35.1	1.630.785	-	1.630.785	2.135.322	-	2.135.322
Despesas pagas antecipadamente		56.667	-	56.667	68.176	-	68.176
Serviços em curso		466.175	-	466.175	363.098	-	363.098
Outros ativos circulantes	35.4.3/35.7	350.686	(23.498)	327.188	577.756	(1.565)	576.191
Ativo não circulante							
Consumidores, revendedores e outros	35.7	24.079	(211)	23.868	24.079	(211)	23.868
Contas a receber - Acordos		26.777	-	26.777	16.918	-	16.918
Instrumentos financeiros derivativos		112.360	-	112.360	125.116	-	125.116
Tributos e contribuições sociais compensáveis		4.113.287	-	4.113.287	5.208.206	-	5.208.206
Depósitos vinculados		857.326	-	857.326	851.972	-	851.972
Tributos diferidos	35.2	5.167.946	(841.284)	4.326.662	5.048.566	(539.610)	4.508.956
Ativo financeiro setorial	35.1	885.189	-	885.189	1.313.557	-	1.313.557
Investimento	35.4.4	42.857	(4.101)	38.756	36.542	(1.606)	34.936
Outros créditos	35.4.3	64.948	4.290	69.238	62.351	(331)	62.020
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	35.3	57	(57)	-	60	(60)	-
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	35.4	-	1.434.579	1.434.579	-	1.050.779	1.050.779
Ativo financeiro da concessão	35.3	-	7.426.895	7.426.895	-	6.317.532	6.317.532
Imobilizado arrendado	35.4	11.986.142	(11.762.655)	223.487	11.339.388	(11.076.039)	263.349
Intangível	35.4	884.684	2.952.355	3.837.039	478.586	3.346.278	3.824.864
Total do ativo		32.633.118	(313.134)	32.319.984	33.351.354	(638.401)	32.712.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante							
Fornecedores		2.775.495	-	2.775.495	3.078.947	(4.278)	3.074.669
Empréstimos e financiamentos		385.405	-	385.405	44.048	-	44.048
Debêntures		781.662	-	781.662	761.480	-	761.480
Obrigações por arrendamentos		55.424	-	55.424	8.208	42.119	50.327
Subvenções governamentais		845	-	845	1.756	-	1.756
IRCS a pagar		220.928	-	220.928	-	-	-
Outros tributos a pagar		478.813	-	478.813	608.834	-	608.834
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		207.601	-	207.601	576.116	-	576.116
Salários, provisões e encargos sociais		125.647	-	125.647	118.882	-	118.882
Obrigações com benefícios pós-emprego		8.235	-	8.235	11.834	-	11.834
Contas a pagar - acordo Eletrobras		354.801	-	354.801	375.145	-	375.145
Provisão para processos judiciais e outros riscos		186.069	-	186.069	186.090	-	186.090
Encargos setoriais		548.904	-	548.904	496.308	-	496.308
Passivo financeiro setorial	35.1	1.786.019	-	1.786.019	1.179.784	-	1.179.784
Reserva de reversão		7.342	-	7.342	-	-	7.342
Instrumentos financeiros derivativos		113.617	-	113.617	40.459	-	40.459
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		967.515	-	967.515	814.140	-	814.140
Outras obrigações		538.276	-	538.276	673.066	-	673.066
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		2.667.769	-	2.667.769	2.496.323	-	2.496.323
Debêntures		3.718.906	-	3.718.906	3.576.305	-	3.576.305
Obrigações por arrendamentos		182.822	-	182.822	13.820	215.915	229.735
Subvenções governamentais		59	-	59	904	-	904
Obrigações com benefícios pós-emprego		6.395.475	-	6.395.475	6.654.672	-	6.654.672
Contas a pagar - acordo Eletrobras		58.058	-	58.058	363.777	-	363.777
Provisão para processos judiciais e outros riscos		989.717	-	989.717	894.545	-	894.545
Instrumentos financeiros derivativos		234.906	-	234.906	44.224	-	44.224
Encargos setoriais		103.519	-	103.519	102.319	-	102.319
Passivo financeiro setorial	35.1	1.285.882	-	1.285.882	485.355	-	485.355
Reserva de reversão		22.028	-	22.028	29.371	-	29.371
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		4.629.959	-	4.629.959	6.326.144	-	6.326.144
Outras obrigações		94.497	-	94.497	110.690	5	110.695
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	35.5	1.946.217	(1.946.217)	-	1.939.636	(1.939.636)	-
Total do passivo		31.872.412	(1.946.217)	29.926.195	32.020.524	(1.685.875)	30.334.649
Patrimônio líquido							
Capital social		3.079.525	-	3.079.525	3.079.525	-	3.079.525
Reservas de capital		2.268.430	-	2.268.430	2.268.430	-	2.268.430
Ajustes de avaliação patrimonial	35.4 e 35.5	804.279	(191.375)	612.904	926.985	(249.315)	677.670
Outros resultados abrangentes		(4.842.640)	-	(4.842.640)	(4.714.864)	(1)	(4.714.865)
Reserva de lucros:							
Reserva legal		196.766	-	196.766	196.766	-	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		1.078.804	-	1.078.804	-	-	-
Prejuízos acumulados	35.2/35.3/35.4	(1.824.458)	1.824.458	-	(1.296.790)	1.296.790	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	870.778	-	870.778
Total do patrimônio líquido		760.706	1.633.083	2.393.789	1.330.830	1.047.474	2.378.304
Total do passivo e do patrimônio líquido		32.633.118	(313.134)	32.319.984	33.351.354	(638.401)	32.712.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação das demonstrações dos resultados societário e regulatório

Nota	2022				2021			
	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Operações em continuidade								
Receita								
Fornecimento de energia elétrica	11.895.639	-	-	11.895.639	12.708.787	-	-	12.708.787
Energia elétrica de curto prazo	133.129	-	-	133.129	697.604	-	-	697.604
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	35.1 13.714.886	(77.625)	-	13.637.261	11.771.120	(69.545)	-	11.701.575
Ativos e passivos financeiros setoriais	35.1 771.356	-	1.016.302	1.787.658	1.913.858	-	2.238.318	4.152.176
Serviços cobráveis	50.412	-	-	50.412	35.950	-	-	35.950
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	657.805	-	-	657.805	518.445	-	(7.138)	511.307
Receita de construção	35.6 -	1.928.836	-	1.928.836	-	1.616.179	-	1.616.179
Atualização do ativo financeiro da concessão	35.3 -	350.756	-	350.756	-	544.056	-	544.055
Outras receitas	199.685	-	-	199.685	262.992	-	-	262.992
Tributos								
ICMS	(4.471.233)	-	-	(4.471.233)	(4.556.367)	-	-	(4.556.367)
PIS-PASEP	(450.592)	-	-	(450.592)	(380.142)	-	-	(380.142)
COFINS	(1.760.728)	-	-	(1.760.728)	(1.751.632)	-	-	(1.751.632)
ISS	(340)	-	-	(340)	(201)	-	-	(201)
Encargos - Parcela "A"								
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(81.857)	-	-	(81.857)	(91.552)	-	-	(91.552)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.718.570)	-	-	(3.718.570)	(2.457.099)	-	-	(2.457.099)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(81.857)	-	-	(81.857)	(91.552)	-	-	(91.552)
Taxa de fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSSE	(29.949)	-	-	(29.949)	(24.127)	-	-	(24.127)
Outros encargos	(257.573)	-	(1.016.302)	(1.273.875)	11.297	-	(2.231.180)	(2.219.883)
Receita líquida	16.570.213	2.201.967	-	18.772.180	18.567.381	2.090.690	-	20.658.070
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"								
Energia elétrica comprada para revenda	(7.328.221)	-	-	(7.328.221)	(10.047.041)	-	-	(10.047.041)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(409.368)	-	-	(409.368)	(261.181)	-	-	(261.181)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(2.851.700)	-	-	(2.851.700)	(3.229.202)	-	-	(3.229.202)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.980.924	2.201.967	-	8.182.891	5.029.957	2.090.690	-	7.120.646
Custos gerenciáveis - Parcela "B"								
Pessoal e administradores	35.4.4 (623.458)	-	93.140	(530.318)	(670.265)	-	76.607	(593.658)
Entidade de previdência privada	(6.846)	-	-	(6.846)	(6.636)	-	-	(6.636)
Material	35.4.4 (65.798)	-	56.339	(9.459)	(58.927)	-	9.325	(49.602)
Serviços de terceiros	35.4.4 (1.024.761)	(3)	44.139	(980.625)	(924.016)	(3)	14.056	(909.963)
Arrendamento e aluguéis	35.9 22.093	(1.872)	-	20.221	(37.661)	57.240	-	19.579
Seguros	35.4.4 (13.274)	-	-	(13.274)	(5.085)	-	-	(5.085)
Doações, contribuições e subvenções	(8.016)	-	-	(8.016)	(8.985)	-	-	(8.985)
Custo de construção	35.6 -	(1.928.836)	-	(1.928.836)	-	(1.616.179)	-	(1.616.179)
Perda Estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	35.7 (704.937)	212.178	-	(492.759)	(594.135)	(78.638)	-	(672.773)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(79.110)	-	-	(79.110)	(57.490)	-	-	(57.490)
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	35.4.3 (109.322)	347.166	(192.511)	45.333	(143.566)	232.441	(99.979)	(11.104)
(-) Recuperação de despesas	15.262	-	-	15.262	2.563	-	-	2.563
Tributos	35.4.4 (55.025)	-	(1.107)	(56.132)	(44.647)	-	(9)	(44.656)
Depreciação e amortização	35.4/ 35.5 (759.810)	(32.784)	-	(792.594)	(662.928)	(6.504)	-	(669.432)
Outros custos operacionais	35.3 (198.987)	224.311	-	25.324	(211.267)	169.665	-	(41.600)
RESULTADO DA ATIVIDADE	2.368.935	1.022.127	-	3.391.062	1.606.912	848.713	-	2.455.625
Receitas financeiras	35.1 904.990	(142.852)	(88.810)	673.328	737.117	(132.496)	(28.953)	575.668
Despesas financeiras	35.1 (2.116.281)	3.432	88.810	(2.024.039)	(1.453.670)	(7.466)	28.953	(1.432.183)
Variações cambiais, líquidas	(1.799)	-	-	(1.799)	2.578	-	-	2.578
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	1.155.845	882.707	0	2.038.552	892.937	708.751	-	1.601.688
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS correntes	(360.483)	-	-	(360.483)	(116.359)	-	-	(116.359)
Despesa com impostos sobre os lucros - IR/CS diferidos	35.2 33.693	(300.121)	-	(266.428)	(102.909)	(240.987)	-	(343.896)
Resultado líquido das operações em continuidade	829.055	582.586	-	1.411.641	673.669	467.764	-	1.141.433
Lucro líquido do exercício	829.055	582.586	-	1.411.641	673.669	467.764	-	1.141.433

Os saldos da coluna "reclassificação" se devem a diferenças entre as formas de apresentação entre Demonstração regulatória e Demonstração societária, principalmente relacionados as especificidades do manual de contabilidade do setor elétrico, pois algumas regras de reconhecimento são divergentes entre rubricas, não significando um ajuste, apenas diferenças de apresentação entre rubricas, e consequentemente a soma dessas diferenças é zero.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Notas	2022	2021
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária		2.393.789	2.378.304
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória			
Reavaliação regulatória compulsória	35.4.1 e 35.5	1.218.606	1.404.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação regulatória	35.2	(414.327)	(477.539)
Reavaliação societária	35.4.1 e 35.5	(928.643)	(1.026.772)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reavaliação societária	35.2	315.739	349.102
Ajustes ICPC 01 - Efeito bifurcação	35.3	(222.920)	9.053
Ajustes ICPC 01 - Efeito atualização do ativo financeiro da concessão	35.3	(2.064.581)	(1.713.817)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ICPC 01	35.2	777.751	579.620
Ajustes CPC 48 - Perda esperada crédito liquidação duvidosa	35.7	(476.830)	(264.651)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - CPC 48	35.2	162.122	89.982
Direito de uso do ativo (IFRS 16)	35.8	-	(249.183)
Obrigações por arrendamento (IFRS 16)	35.8	-	253.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos IFRS 16	35.2	-	(1.554)
Patrimônio líquido regulatório		760.706	1.330.824

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	Nota	2022	2021
Lucro (Prejuízo) conforme contabilidade societária		1.411.641	1.141.433
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória			
Receita de construção	35.6	1.928.836	1.616.179
Custo de construção	35.6	(1.928.836)	(1.616.179)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	35.3	(350.756)	(544.055)
Baixas de ativos financeiros da concessão	35.3	20.218	28.618
Depreciação e amortização	35.4 e 35.5	32.784	(31.573)
Depreciação e amortização (IFRS 16)	35.8	-	38.077
Perdas na alienação/desativação de bens e direitos	35.4.3	(64.627)	(71.283)
Perda esperada crédito liquidação duvidosa (CPC 48)	35.7	(212.178)	78.639
Obrigações por arrendamento (IFRS 16)	35.8	(308.148)	(207.174)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	35.2	300.121	240.987
Lucro líquido regulatório		829.055	673.669

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

35.1 Ativos e passivos regulatórios (financeiros setoriais)

As diferenças patrimoniais são decorrentes meramente da forma de apresentação dos saldos nas demonstrações contábeis societárias, os quais a Companhia apresenta os saldos da conta "Ativos financeiros setoriais" líquidos do saldo da conta "Passivos financeiros setoriais". Conforme demonstrado no quadro abaixo, não existem diferenças quando se compara os saldos totais circulantes e não circulantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Regulatório		Societário	
	2022	2021	2022	2021
<u>Circulante:</u>				
Ativo financeiro setorial	1.630.785	2.135.322	1.630.785	2.135.322
Passivo financeiro setorial	(1.786.019)	(1.179.784)	(1.786.019)	(1.179.784)
Ativo (Passivo) financeiro setorial, líquido	(155.234)	955.538	(155.234)	955.538
<u>Não circulante:</u>				
Ativo financeiro setorial	885.189	1.313.557	885.189	1.313.557
Passivo financeiro setorial	(1.285.882)	(485.355)	(1.285.882)	(485.355)
Ativo (Passivo) financeiro setorial, líquido	(400.693)	828.202	(400.693)	828.202

A diferença na receita operacional líquida decorre da aplicação da orientação do Despacho ANEEL nº 4.356/2017, que basicamente determinou a forma de contabilização dos repasses à Conta ou da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias (CCRBT). A referida orientação determinou que os registros ocorram contra a conta de doação para o repasse recebido, encargos para o valor repassado pela Companhia e em conta de ativo/passivo setorial a diferença a ser ressarcida ao consumidor. Para as demonstrações contábeis societárias, os valores da CCRBT são registrados líquidos na conta de encargos. Dessa forma a diferença é somente entre rubricas, e não geram efeito na receita operacional.

Quanto as diferenças no resultado financeiro, também são decorrentes da forma de apresentação das demonstrações contábeis societárias, nas quais a Companhia apresenta de forma líquida a atualização monetária dos ativos financeiros e dos passivos financeiros setoriais, sendo uma receita ou despesa financeira.

35.2 Tributos diferidos

Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças das práticas na contabilidade societária e regulatória quanto ao reconhecimento (i) da reserva de reavaliação regulatória compulsória; (ii) da atualização do ativo financeiro da concessão, que é somente registrada na contabilidade societária; (iii) das diferenças nas bases de depreciação e amortização dos ativos imobilizado e intangível e das obrigações especiais vinculadas à concessão; (iv) da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, decorrentes da adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros, o qual não foi adotado pela contabilidade regulatória; e (v) dos arrendamentos, decorrente do CPC 06 (R2)/IFRS 16 que não foi adotado pela contabilidade regulatória.

35.3 Ativos financeiros da concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes do reconhecimento, na contabilidade societária, da parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, que não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Este reconhecimento, na contabilidade societária, foi realizado em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão. Para fins de contabilidade regulatória, esta prática não é adotada, gerando diferenças devido à bifurcação do saldo imobilizado e intangível regulatório entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível da concessão.

Nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Companhia atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão. Com base no item 8 e no Submódulo 2.3 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, vigente a partir de 23 de novembro de 2015, a Companhia passou a aplicar o IPCA como fator de atualização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.4 Imobilizado e intangível

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros, ativo contratual e ativos intangíveis, devido à adoção do ICPC 01 para a contabilidade societária.

Quando da adoção do ICPC 01 em 2010, a Companhia utilizou a Base de Remuneração Regulatória para apurar o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível apurado pela diferença entre o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação ("método do valor residual") e o saldo do ativo financeiro.

Os ativos classificados como intangível nas demonstrações contábeis societárias representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público e são amortizados de forma linear pela vida útil regulatória dos ativos ou pelo prazo remanescente do contrato de concessão, dos dois o menor.

O ICPC 01 não é aplicado na contabilidade regulatória, gerando assim divergências entre as demonstrações societárias e as regulatórias.

O saldo de imobilizado da contabilidade societária refere-se aos contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os referidos saldos também são reconhecidos na contabilidade regulatória, exceto os impactos oriundos do IFRS 16 – CPC 06 (R2).

35.4.1 Reavaliação regulatória compulsória

A reavaliação regulatória compulsória foi determinada pela Resolução Normativa nº 396 de 23 de fevereiro de 2010. A reavaliação regulatória compulsória não é aplicada para a contabilidade societária, desta forma as diferenças são decorrentes da divergência de práticas contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

35.4.2 Depreciação, amortização

As diferenças na depreciação são oriundas das diferenças das bases dos bens depreciados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

35.4.3 Perdas na alienação/desativação de bens e direitos

As diferenças são oriundas basicamente da bifurcação adicionada de atualização financeira, adotada na contabilidade societária e reavaliação regulatória, adotada na contabilidade regulatória. O efeito contábil das baixas é reconhecido no resultado da contabilidade societária e regulatória preservando o conceito de formação do custo e depreciação ocasionando uma diferença no resultado da desativação/alienação líquida.

35.4.4 Investimentos - Bens e direitos para uso futuro

A diferença na rubrica de investimentos é originada pela desativação de bens destinados para uso futuro, e é decorrente dos mesmos fatores citados no item 35.4.3.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.5. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

35.5.1. Reavaliação compulsória

Os saldos das obrigações especiais são apresentados líquidos do ativo intangível de concessão, e na contabilidade regulatória a apresentação é segregada do imobilizado, sendo os saldos apresentados no passivo. Cabe destacar que para a contabilidade societária, o saldo das obrigações especiais, também foi bifurcado, pela adoção do ICPC 01.

35.5.2. Amortização

As diferenças na amortização são oriundas das diferenças das bases dos bens amortizados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

35.6. Receita e custo de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 Receita de contrato com cliente. As receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas, na contabilidade societária, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço.

Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada.

35.7. CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 propõe um modelo prospectivo de perdas esperadas, que substitui o modelo atual de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39, em que a Companhia deve registrar contabilmente a expectativa de perda em créditos, e modificações nessas expectativas a cada data de reporte, refletindo as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais, tais como ações).

O aumento das perdas esperadas, deve-se principalmente pela diferença da base de cálculo, pois o modelo proposto pelo pronunciamento é mais abrangente do que o critério utilizado e definido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. O novo Pronunciamento estende a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa inclusive para os saldos das contas a receber não vencidas e contas a receber de receita não faturada.

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

35.8. CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Após análise detalhada dessas receitas, a Companhia concluiu que as mesmas são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

Com base nas análises realizadas, a Companhia concluiu que a adoção desse pronunciamento impactou as suas demonstrações contábeis societárias na classificação das penalidades de seus indicadores individuais de desempenho (DIC, FIC, DMIC e DICRI) que foram reclassificadas de despesa operacional para receita operacional (reduzindo a receita de TUSD).

Para fins de contabilidade regulatória, esta prática contábil não é adotada, permanecendo os critérios definidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Assim sendo, essa norma não impacta no resultado líquido do período, somente entre receita e despesa operacional, visto que na demonstração regulatória o DIC, FIC, DMIC e DICRI é contabilizado como despesa operacional.

35.9. CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma.

Para fins de contabilidade regulatória, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 não foi adotado, permanecendo os critérios definidos no CPC 06 (R1) | IAS 17.

36. Eventos subsequentes

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2022

Os Diretores da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Enel Distribuição São Paulo ou Companhia), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 19 de abril de 2023.

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Vicenzo Ruocolo

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá

Diretor de Mercado

Vago

Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello

Diretor Jurídico

Fernando Andrade

Diretor de Engenharia e Construção

TERMO DE RESPONSABILIDADE – Demonstração Contábil Regulatória

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

São Paulo, 19 de abril de 2023.

Concessionária: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Approved by MAX XAVIER LINS
on 19/04/2023 at 23:47:21
CEST
Max Xavier Lins
Diretor-Presidente

Aprovado por RAFFAELE ENRICO
GRANDI
Raffaele Enrico Grandi
em 19/04/2023 às 22:12:05 CEST
Diretor de Administração, Finanças, Controle e
Relações com Investidores

Aprovado por MARA AYESHA LOPEZ
BERRIOS
Mara Ayesha Lopez Berrios
em 19/04/2023 às 16:01:29 BRT
Responsável da Administração
CPF: 065.618.827-84

Aprovado por ALAN DOS REIS
SANTOS
Alan dos Reis Santos
em 19/04/2023 às 19:59:47 BRT
Contador
CRC 1SP244288

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV: X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.